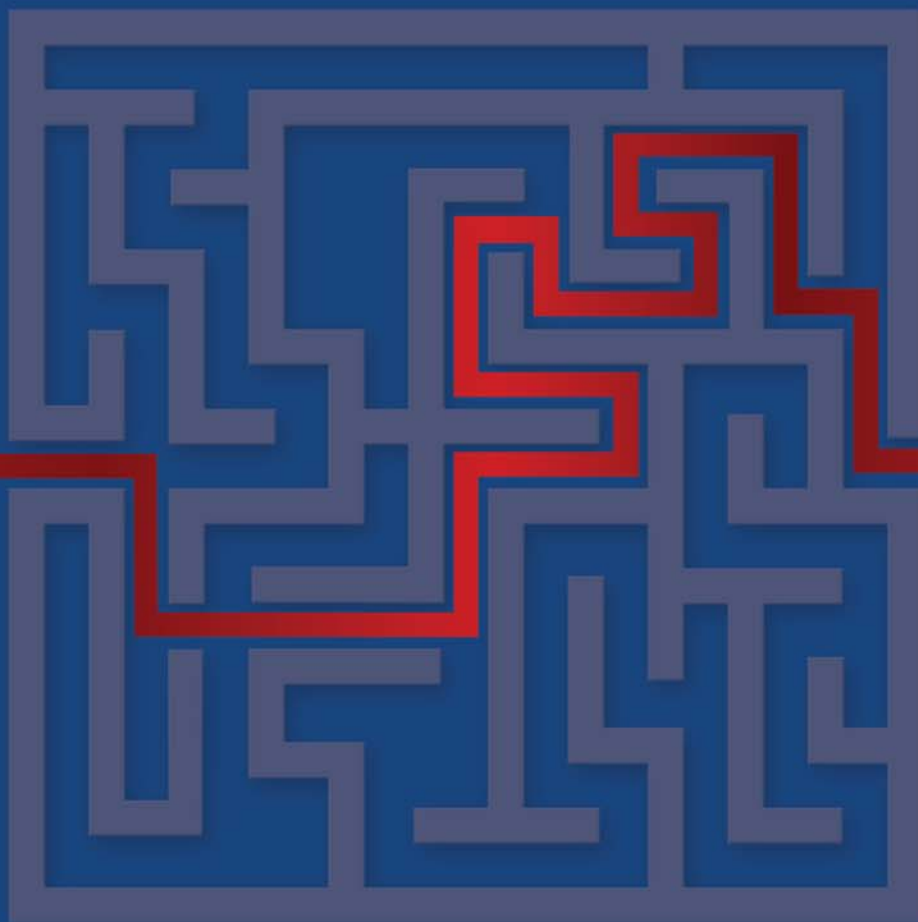




Doing Business 2014

Compreendendo a regulação para
pequenas e médias empresas



Comparando regulamentações de negócios para empresas
nacionais em 189 economias

11ª EDIÇÃO

© 2013 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial
1818 H St., NW, Washington, DC 20433
Telefone: 202-473-1000; Internet: www.worldbank.org

Alguns direitos reservados
1 2 3 4 15 14 13 12

Uma copublicação do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional.

Este volume foi produzido pelos funcionários do Banco Mundial com contribuições externas. Cumpre notar que o Banco Mundial não é necessariamente proprietário de todos os componentes do conteúdo incluído no trabalho. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso do conteúdo do trabalho não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal infringimento recai inteiramente sobre o usuário.

As apurações, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não refletem necessariamente a opinião do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva nem dos governos dos países por eles representados. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Nada aqui constitui ou pode ser considerado como constituindo uma limitação ou dispensa de privilégios e imunidades do Banco Mundial, os quais são especificamente reservados.

Direitos e Permissões



Este trabalho está disponível na licença não adaptada da Creative Commons Attribution 3.0 (CC BY 3.0) <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0>. De acordo com a licença Creative Commons Attribution, é possível copiar, distribuir, transmitir e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, sob as seguintes condições:

Atribuição – Favor citar o trabalho como segue: World Bank. 2013. Doing Business 2014: Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises (Compreendendo as Regulamentações para Pequenas e Médias Empresas). Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. DOI: 10.1596/978-0-8213-9984-2. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

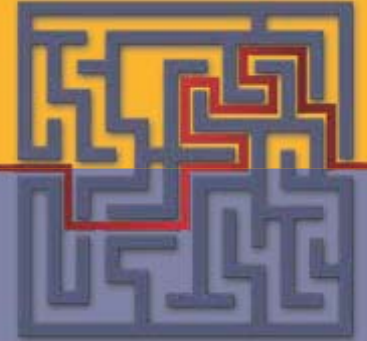
Tradução – Se o usuário traduzir este trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo nem por qualquer erro desta tradução.

Todas as consultas sobre direitos e licenças, devem ser endereçadas a: World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2625; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Exemplares adicionais do Doing Business podem ser adquiridos no website www.doingbusiness.org.

ISBN (em papel): 978-0-8213-9984-2
ISBN (forma eletrônica): 978-0-8213-9983-5
DOI: 10.1596/978-0-8213-9984-2

Design da capa: The Word Express



Doing Business 2014

Compreendendo a regulação para
pequenas e médias empresas

Comparando regulamentações de negócios
para empresas nacionais em 189 economias

Relatório Emblemático do Grupo Banco Mundial



Recursos no website do *Doing Business*

Características atuais

Notícias sobre o projeto *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org>.

Classificações

Como são classificadas as economias — de 1 a 189.
<http://www.doingbusiness.org/rankings>

Dados

Todos os dados referentes às 189 economias — classificações principais, valores dos indicadores, Relação dos procedimentos regulatórios e detalhes inerentes aos indicadores:
<http://www.doingbusiness.org/data>

Relatórios

Acesso aos relatórios do *Doing Business*, bem como aos relatórios subnacionais e regionais, estudos de caso, perfis personalizados e regionais das economias
<http://www.doingbusiness.org/reports>

Metodologia

Metodologias e trabalhos de pesquisa que servem de base ao *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org/methodology>

Pesquisa

Resumos dos documentos relacionados ao *Doing Business* e questões sobre políticas correlatas
<http://www.doingbusiness.org/research>

Reformas do Doing Business.

Pequenos resumos das reformas da regulamentação de negócios do DB2014, lista das reformas desde o DB2008 e acesso a ferramenta de verificação da classificação
<http://www.doingbusiness.org/reforms>

Dados históricos

Conjuntos de dados personalizados desde o DB2004
<http://www.doingbusiness.org/custom-query>

Biblioteca jurídica

Acervo on-line das leis e regulamentações relacionadas aos negócios e questões de gênero.
<http://www.doingbusiness.org/law-library>
<http://wbl.worldbank.org>

Colaboradores

Mais de 10.200 especialistas em 189 economias que participam do *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org/contributors/doing-business>

Dados sobre empreendedorismo

Dados sobre a densidade de negócios (número de empresas recém-registradas por 1.000 pessoas em idade ativa) referentes a 139 economias
<http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/entrepreneurship>

Distância até a fronteira

Parâmetros referenciais de dados de 189 economias até a fronteira na prática regulatória
<http://www.doingbusiness.org/data/distance-to-frontier>

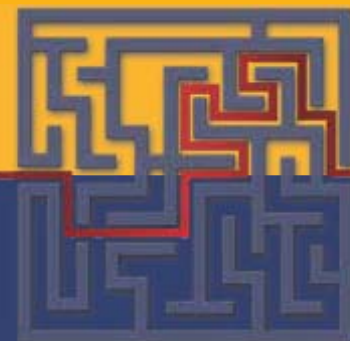
Informação sobre boas práticas

Relação de onde foram adotadas as diversas boas práticas identificadas no *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org/data/good-practice>

Aplicativo do Doing Business para o iPhone

Doing Business at a Glance (Visão Panorâmica do *Doing Business*) apresenta o relatório completo, classificações e destaques de cada indicador para o iPhone, iPad e iPod Touch.
<http://www.doingbusiness.org/special-features/iphone>

Sumário



| | |
|----|---|
| v | Introdução |
| 1 | Visão geral |
| 21 | Sobre o <i>Doing Business</i> : medindo o impacto |

O *Doing Business 2014* é o décimo primeiro de uma série de relatórios anuais que investigam as regulamentações que melhoram a atividade de negócios e as regulamentações que a restringem. O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 189 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e no decorrer do tempo.

São abordadas regulamentações que afetam 11 áreas da vida de um negócio: começar um negócio, lidar com alvarás de construção, obter eletricidade, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, negociar no exterior, cumprir contratos, solucionar uma insolvência e empregar trabalhadores. Os dados sobre emprego de trabalhadores não estão incluídos na classificação deste ano sobre facilidade de se fazer negócios.

Os dados do *Doing Business 2014* são correntes até 1º de junho de 2013. Os indicadores são usados para analisar resultados econômicos e identificar reformas de regulamentações de negócios que funcionaram, onde e por quê.

Prefácio

Um setor privado florescente — com novas empresas entrando no mercado, criando empregos e desenvolvendo produtos inovadores — contribui para uma sociedade mais próspera. Os governos desempenham um papel crucial no apoio a um ecossistema dinâmico para as firmas; determinam as regras que estabelecem e esclarecem os direitos de propriedade, reduzem o custo da solução de controvérsias e aumentam a previsibilidade das transações econômicas. Sem boas regulamentações que sejam aplicadas de modo uniforme, os empresários encontram mais dificuldade em abrir e fazer crescer pequenas e médias empresas que são os motores do crescimento e da criação de empregos na maioria das economias do mundo.

O *Doing Business 2014* é o 11º de uma série de relatórios anuais que comparam as regulamentações que afetam as firmas do setor privado, especialmente as pequenas e médias empresas. O relatório apresenta indicadores quantitativos sobre 11 áreas de regulamentação de negócios para 189 economias. Quatro economias foram acrescentados este ano — Líbia, Mianmar, San Marino e Sudão do Sul. Trata-se de dados correntes em junho de 2013.

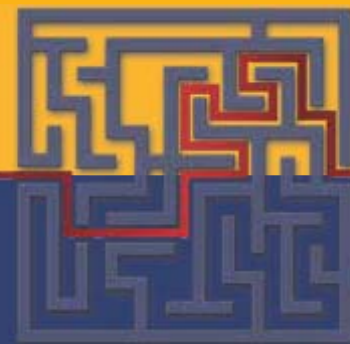
O projeto *Doing Business* visa a produzir um conjunto de conhecimentos que catalisam reformas e ajudam na melhoria da qualidade das normas que sustentam as atividades do setor privado. Isso é importante porque, em uma economia mundial caracterizada por mudanças e transformação constantes, faz diferença se as normas são sensíveis ou excessivamente onerosas, se criam incentivos perversos ou ajudam a estabelecer um campo de jogo nivelado, se salvaguardam a transparência e incentivam níveis adequados de concorrência. Poder dispor de uma

ferramenta que permita as economias a acompanhar o progresso no correr do tempo e no que diz respeito a cada uma no desenvolvimento de componentes essenciais de um bom ambiente de negócios é crucial para a criação de um mundo mais próspero com maiores oportunidades para todos.

Estamos empolgados em ver nas regulamentações empresariais uma convergência global no sentido das boas práticas. Os dados mostram que as economias em todas as regiões do mundo e em todos os níveis de renda fizeram avanços importantes na melhoria da qualidade das normas que sustentam a atividade do setor privado. As constatações deste ano foram ainda mais encorajadoras — economias de baixa renda melhoraram suas regulamentações empresariais a uma taxa duas vezes superior à das economias de alta renda.

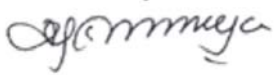
Esses desenvolvimentos apoiam as duas metas do Grupo Banco Mundial: erradicar a extrema pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada. Ao proporcionar perspectivas úteis a respeito das boas práticas no mundo inteiro, o *Doing Business* ajuda a mobilizar os formuladores de políticas a reduzir o custo e a complexidade dos procedimentos governamentais e a melhorar a qualidade das instituições. Essa mudança beneficia principalmente os desfavorecidos — quando um maior número de empresas entra no setor formal, os empresários têm maiores possibilidades de desenvolver suas empresas e gerar empregos, bem como de aumentar a probabilidade de os trabalhadores aproveitarem os benefícios das regulamentações, tais como proteções sociais e normas de segurança.

Convidamos todos a fornecerem seu *feedback* no website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) e a participarem



da discussão ao desenvolvermos o projeto nos próximos anos para torná-lo um mecanismo mais eficaz para melhor regulamentação de negócios.

Atenciosamente,



Sri Mulyani Indrawati
Diretora Executiva
Grupo Banco Mundial

Visão geral

A regulamentação é uma realidade do início ao fim da vida útil de uma empresa (Figura 1.1). Percorrer essa regulamentação pode ser complexo e dispendioso. Na média mundial, são necessários sete procedimentos e 25 dias para se abrir uma empresa e os custos dos impostos representam 32% da renda per capita. Mas enquanto só é necessário 1 procedimento, metade de um dia e quase nada em taxas na Nova Zelândia, um empreendedor tem que esperar 208 dias no Suriname e 144 dias na República Bolivariana da Venezuela.

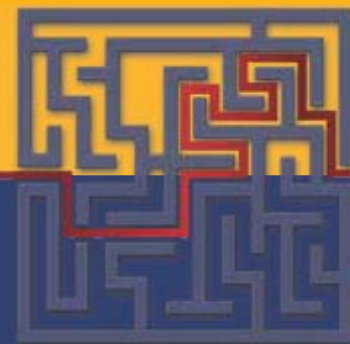
E isso é apenas a ponta do *iceberg*. Consideremos, por exemplo, o que a nova empresa tem de enfrentar para realizar outras transações na média de tempo e esforço necessário em todo o mundo. A preparação, registro e pagamento dos impostos anuais da empresa podem tomar outras 268 horas do tempo do seu pessoal. A exportação de apenas um carregamento dos seus produtos finais pode exigir seis documentos, 22 dias e mais de US\$ 1500. Se a empresa precisar de um simples armazém, a preparação das instalações para que ela possa começar a operar pode necessitar de 26 procedimentos e 331 dias a mais — comprar o terreno, registrar sua propriedade, construir o armazém e obter as ligações de energia elétrica e outros serviços públicos. Cumpridas essas formalidades iniciais, se a empresa envolver-se em alguma disputa jurídica com um dos seus fornecedores ou clientes, a solução desse litígio pode significar a paralisação no tribunal por 662 dias e os custos podem chegar a 35% do valor da ação.

Para operar e expandir-se a empresa precisará de financiamento — dos acionistas ou dos credores. A obtenção de dinheiro no mercado de capitais é mais fácil e menos dispendiosa quando os acionistas

minoritários sentem-se protegidos contra transações realizadas em interesse próprio pelos grandes acionistas. Boas regras de governança corporativa podem oferecer esse tipo de proteção. Mas entre as 189 economias analisadas pelo *Doing Business*, 46 ainda têm apenas muito poucas exigências (ou nenhuma exigência) de divulgação dos conflitos de interesse dos acionistas majoritários. Isso abala a confiança no sistema e torna menos provável que os investidores queiram ter participação minoritária em uma empresa.

Da mesma forma, os credores precisam ter garantia de que seus empréstimos serão amortizados. As informações sobre possíveis mutuários e direitos jurídicos sólidos para os credores desempenham papel importante no fornecimento dessas garantias. Contudo, as instituições que fornecem essas informações não constituem 100% das 189 economias: 35 delas não possuem serviços de crédito nem registro que distribua informações sobre os mutuários e 124 carecem de um registro de garantias no qual um credor possa verificar se um ativo móvel que está sendo prometido como garantia tem alguma outra penhora. Se, apesar de todos os esforços, a empresa acabar insolvente, é importante também que existam empresas que permitam que os credores recuperem seus ativos. Na média mundial, os credores recuperam no máximo 35% do seu empréstimo inicial no caso de falência, conforme medido pelo *Doing Business*.

Nos últimos anos, em muitas partes do mundo, os dados do *Doing Business* demonstram que tem havido um progresso notável na retirada de alguns dos maiores entraves burocráticos à atividade do setor privado. Mesmo assim, as pequenas e médias empresas ainda estão sujeitas a regulamentações onerosas e regras



- Em 2012/2013, 114 economias implementaram 238 reformas regulatórias que tornaram mais fácil fazer negócios — 18% mais reformas do que no ano anterior.
- Se as economias de todo o mundo seguissem as melhores práticas em processos regulatórios para abrir uma empresa, os empreendedores gastariam 45,4 milhões de dias a menos por ano para atender a exigências burocráticas.
- Ucrânia, Ruanda, Federação Russa, Filipinas e Kosovo estão entre as economias que mais progrediram no período 2012/13 nas áreas acompanhadas pelo *Doing Business*.
- As reformas que reduzem a complexidade e o custo dos processos regulatórios continuam a ser as mais comuns. Menos de um terço das reformas registradas pelo *Doing Business* em 2012/13 — e nos anos a partir de 2009 — enfocaram o fortalecimento de instituições jurídicas.
- A África Subsaariana abriga nove das 20 economias que mais vem fechando o hiato com a fronteira regulatória desde 2009. Os países de baixa renda reduziram esse hiato duas vezes mais que as economias de renda elevada.
- As economias que progridem nas áreas medidas pelo *Doing Business* têm, em média, mais probabilidade do que outras de também implementarem reformas em outras áreas — tais como governança, saúde, educação e igualdade de gênero.
- As economias que têm bom desempenho nos indicadores do *Doing Business* não têm necessariamente governos menores.

FIGURA 1.1 As regulamentações avaliadas pelo *Doing Business* afetam as empresas em todo o seu ciclo de vida



imprecisas, que são aplicadas de maneira desigual e impõem ineficiências ao setor empresarial. Isso restringe a competitividade global das economias e seu potencial para criar empregos.

O QUE O DOING BUSINESS MEDE — E QUEM TEM BOM DESEMPENHO?

Por intermédio de seus indicadores, o *Doing Business* mede e acompanha as mudanças nas regulamentações que se aplicam às pequenas e médias empresas do país, operando no maior centro de negócios de cada país, em 10 áreas de seu ciclo de vida: abertura de empresa, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos e solução de insolvências. A classificação agregada da facilidade de se fazer negócios baseia-se nesses indicadores. O *Doing Business* também documenta regulamentações sobre o emprego de trabalhadores, que não fazem parte da classificação agregada. Além disso, o *Doing Business* acompanha as boas práticas mundiais para fornecer informações sobre como os governos melhoraram o ambiente regulatório no

passado nas áreas que ele mede (ver a Tabela 1.5 no final desta visão geral).

As regulamentações que protegem os consumidores, acionistas e o público sem sobrecarregar as empresas ajudam a criar um ambiente no qual o setor privado pode prosperar. Uma regulamentação de negócios sólida exige procedimentos eficientes e instituições fortes que estabeleçam regras transparentes e aplicáveis. O *Doing Business* mede esses dois elementos: por meio de indicadores relacionados à solidez das instituições jurídicas relevantes para a regulamentação de negócios e por meio de indicadores relacionados à complexidade e custo de processos regulatórios. Os indicadores do primeiro grupo medem a solidez da estrutura jurídica e regulatória para obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e solução de insolvência. Os indicadores do segundo grupo medem o custo e a eficiência de processos regulatórios para a abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedade, pagamento de impostos e comércio entre fronteiras. Com base em estudos de caso de tempos e movimentos a partir do ponto de vista da empresa, esses indicadores medem os procedimentos, o tempo e o custo necessário para realizar uma transação

em conformidade com as regulamentações pertinentes (para uma explicação detalhada sobre a metodologia do *Doing Business*, ver as notas sobre os dados e o capítulo “Sobre o *Doing Business*”).

O *Doing Business* não trata de menos regulamentação mas sim, de melhor regulamentação. Assim sendo, alguns indicadores do *Doing Business* atribuem uma classificação mais elevada a uma regulamentação melhor e mais desenvolvida, como fazem os indicadores de proteção de investidores no caso de requisitos mais rigorosos para a divulgação das transações de partes correlatas. Outros indicadores, como os que tratam da obtenção de alvarás de construção, atribuem automaticamente a pontuação mais baixa a economias que não dispõem de regulamentações na área que está sendo medida ou que não aplicam suas regulamentações (consideradas economias “sem prática”), punindo-as pela ausência da devida regulamentação.

As economias com as classificações mais elevadas na facilidade de se fazer negócios, portanto, não são aquelas sem regulamentação, mas aquelas cujos governos conseguiram criar um sistema regulatório que facilite as interações no mercado e proteja importantes interesses públicos sem criar obstáculos desnecessários para o desenvolvimento do setor privado — com outras palavras, um sistema regulatório com instituições fortes e baixos custos de transações. (Tabela 1.1) Todas essas economias têm um setor privado bem desenvolvido e um sistema regulatório razoavelmente eficiente que conseguiu alcançar um equilíbrio sensível entre as proteções que as boas regras oferecem e a necessidade de ter um setor privado dinâmico desimpedido de regulamentações excessivamente onerosas.

ONDE O HIATO REGULATÓRIO É MAIOR?

Para complementar a classificação da facilidade de se fazer negócios, uma medida relativa, o relatório *Doing Business 2012* introduziu a distância até a fronteira, uma medida absoluta de eficiência da atividade regulatória nos negócios. Essa medida ajuda na avaliação do quanto o ambiente regulatório para empreendedores locais

TABELA 1.1 Classificações sobre a facilidade de realização de negócios

| Classificação | Economia | Reformas do DB2014 | Classificação | Economia | Reformas do DB2014 | Classificação | Economia | Reformas do DB2014 |
|---------------|--------------------------------------|--------------------|---------------|--------------------------|--------------------|---------------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 | Cingapura | 2 | 64 | Santa Lúcia | 0 | 127 | Honduras | 0 |
| 2 | RAE de Hong Kong, China | 1 | 65 | Itália | 3 | 128 | República Árabe do Egito | 0 |
| 3 | Nova Zelândia | 1 | 66 | Trinidad e Tobago | 1 | 129 | Quênia | 0 |
| 4 | Estados Unidos | 0 | 67 | Gana | 0 | 130 | Bangladesh | 1 |
| 5 | Dinamarca | 0 | 68 | República do Quirguistão | 0 | 131 | Bósnia e Herzegovina | 0 |
| 6 | Malásia | 3 | 69 | Turquia | 3 | 132 | Uganda | 1 |
| 7 | Coreia | 1 | 70 | Azerbaijão | 3 | 133 | República do Iêmen | 0 |
| 8 | Geórgia | 1 | 71 | Antígua e Barbuda | 0 | 134 | Índia | 0 |
| 9 | Noruega | 0 | 72 | Grécia | 3 | 135 | Equador | 1 |
| 10 | Reino Unido | 2 | 73 | Romênia | 3 | 136 | Lesoto | 1 |
| 11 | Austrália | 1 | 74 | Vanuatu | 1 | 137 | Camboja | 0 |
| 12 | Finlândia | 0 | 75 | República Tcheca | 1 | 138 | Cisjordânia e Gaza | 1 |
| 13 | Islândia | 1 | 76 | Mongólia | 3 | 139 | Moçambique | 2 |
| 14 | Suécia | 1 | 77 | Dominica | 0 | 140 | Burundi | 6 |
| 15 | Irlanda | 0 | 78 | Moldávia | 3 | 141 | Butão | 2 |
| 16 | Taiwan, China | 0 | 79 | Guatemala | 3 | 142 | Serra Leoa | 0 |
| 17 | Lituânia | 2 | 80 | Seicheles | 0 | 143 | Tajiquistão | 2 |
| 18 | Tailândia | 1 | 81 | San Marino | 0 | 144 | Libéria | 2 |
| 19 | Canadá | 0 | 82 | São Vicente e Granadinas | 0 | 145 | Tanzânia | 2 |
| 20 | Ilhas Maurício | 3 | 83 | Zâmbia | 1 | 146 | Uzbequistão | 6 |
| 21 | Alemanha | 0 | 84 | Bahamas | 2 | 147 | Nigéria | 0 |
| 22 | Estônia | 1 | 85 | Sri Lanka | 4 | 148 | Madagascar | 2 |
| 23 | Emirados Árabes Unidos | 3 | 86 | Kosovo | 3 | 149 | Sudão | 0 |
| 24 | Letônia | 4 | 87 | Marrocos | 3 | 150 | Gâmbia | 1 |
| 25 | Macedônia, ex-República Iugoslava da | 6 | 88 | Uruguai | 1 | 151 | Iraque | 0 |
| 26 | Arábia Saudita | 0 | 89 | Croácia | 5 | 152 | República Islâmica do Irã | 0 |
| 27 | Japão | 0 | 90 | Albânia | 1 | 153 | Argélia | 0 |
| 28 | Holanda | 2 | 91 | Barbados | 0 | 154 | Burkina Fasso | 1 |
| 29 | Suíça | 0 | 92 | Federação Russa | 5 | 155 | Mali | 0 |
| 30 | Áustria | 0 | 93 | Sérvia | 0 | 156 | Micronésia, Federação dos Estados | 0 |
| 31 | Portugal | 1 | 94 | Jamaica | 3 | 157 | Togo | 3 |
| 32 | Ruanda | 8 | 95 | Maldivas | 1 | 158 | Comores | 1 |
| 33 | Eslovênia | 1 | 96 | China | 2 | 159 | Laos, República Democrática Popular | 1 |
| 34 | Chile | 1 | 97 | Ilhas Salomão | 0 | 160 | Djibuti | 3 |
| 35 | Israel | 2 | 98 | Namíbia | 0 | 161 | Suriname | 2 |
| 36 | Bélgica | 0 | 99 | Vietnã | 2 | 162 | Bolívia | 0 |
| 37 | Armênia | 2 | 100 | Palau | 2 | 163 | Gabão | 3 |
| 38 | França | 1 | 101 | St. Kitts e Névis | 0 | 164 | Afganistão | 2 |
| 39 | Chipre | 0 | 102 | Costa Rica | 2 | 165 | República Árabe da Síria | 0 |
| 40 | Porto Rico (EUA) | 0 | 103 | Malta | 1 | 166 | Guiné Equatorial | 0 |
| 41 | África do Sul | 1 | 104 | Kuwait | 1 | 167 | Costa do Marfim | 4 |
| 42 | Peru | 0 | 105 | Nepal | 1 | 168 | Camarões | 0 |
| 43 | Colômbia | 2 | 106 | Belize | 0 | 169 | São Tomé e Príncipe | 0 |
| 44 | Montenegro | 2 | 107 | Granada | 0 | 170 | Zimbábue | 0 |
| 45 | Polônia | 2 | 108 | Filipinas | 3 | 171 | Malawi | 1 |
| 46 | Bahrain | 1 | 109 | Paraguai | 1 | 172 | Timor-Leste | 0 |
| 47 | Omã | 0 | 110 | Paquistão | 0 | 173 | Mauritânia | 1 |
| 48 | Qatar | 1 | 111 | Líbano | 0 | 174 | Benin | 2 |
| 49 | República Eslovaca | 0 | 112 | Ucrânia | 8 | 175 | Guiné | 3 |
| 50 | Cazaquistão | 2 | 113 | Papua Nova Guiné | 0 | 176 | Níger | 2 |
| 51 | Tunísia | 0 | 114 | Ilhas Marshall | 0 | 177 | Haiti | 0 |
| 52 | Espanha | 1 | 115 | Guiana | 1 | 178 | Senegal | 1 |
| 53 | México | 3 | 116 | Brasil | 0 | 179 | Angola | 0 |
| 54 | Hungria | 0 | 117 | República Dominicana | 0 | 180 | Guiné-Bissau | 1 |
| 55 | Panamá | 4 | 118 | El Salvador | 1 | 181 | Venezuela, República Bolivariana | 1 |
| 56 | Botsuana | 1 | 119 | Jordânia | 0 | 182 | Mianmar | 1 |
| 57 | Tonga | 1 | 120 | Indonésia | 1 | 183 | Congo, República Democrática do | 3 |
| 58 | Bulgária | 0 | 121 | Cabo Verde | 2 | 184 | Eritreia | 0 |
| 59 | Brunei Darussalam | 1 | 122 | Kiribati | 0 | 185 | República do Congo | 3 |
| 60 | Luxemburgo | 0 | 123 | Suazilândia | 2 | 186 | Sudão do Sul | 0 |
| 61 | Samoa | 0 | 124 | Nicarágua | 2 | 187 | Líbia | 0 |
| 62 | Fiji | 0 | 125 | Etiópia | 0 | 188 | República Centro-Africana | 1 |
| 63 | Belarus | 4 | 126 | Argentina | 1 | 189 | Chade | 1 |

Nota: As classificações para todas as economias são referenciadas a junho de 2013 e indicadas nas tabelas dos países. As classificações deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios são a média das classificações percentis da economia sobre os 10 tópicos incluídos na classificação agregada deste ano. O número de reformas exclui aquelas que tornaram mais difícil o processo de realização de negócios.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

melhora em termos absolutos com o decorrer do tempo mostrando a distância de cada economia até a “fronteira”, o que representa o melhor desempenho de uma economia observado em cada um dos indicadores do *Doing Business* desde 2003 ou desde o ano em que os dados do indicador foram coletados pela primeira vez. Como a distância até a fronteira é uma média absoluta, ela pode ser usada para comparações ao longo do tempo. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, quando 100 representa a fronteira. Uma pontuação maior indica um ambiente de negócios mais eficiente e instituições jurídicas mais sólidas (para obter uma descrição detalhada da metodologia, consulte o capítulo sobre a facilidade de se fazer negócios e a distância até a fronteira).

A análise baseada na medida da distância até a fronteira demonstra que em média, em todas as regiões, as economias estão mais próximas da fronteira — ou melhores práticas — na área de abertura de empresas. E elas são as que estão mais distantes da fronteira, em média, na solução de insolvências. A abertura de empresas também é uma área em que todas as regiões estão próximas, em conformidade com a evidência sobre a convergência apresentada mais adiante nesta visão geral. O desempenho em áreas como obtenção de crédito, execução de contratos e solução de insolvências varia consideravelmente de uma região para outra.

Entre a maioria das áreas medidas pelo *Doing Business*, as economias com alta renda da OCDE estão em média mais próximas da fronteira do que as economias de qualquer outra região (Figura 1.2). As exceções são a abertura de empresas e o registro de propriedade, onde a região da Europa e Ásia Central está ligeiramente à frente. As economias da África Subsaariana são, em média, as mais distantes da fronteira em 6 das 10 áreas medidas pelo *Doing Business*: abertura de empresas, obtenção de eletricidade, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, proteção de investidores e solução de insolvências.

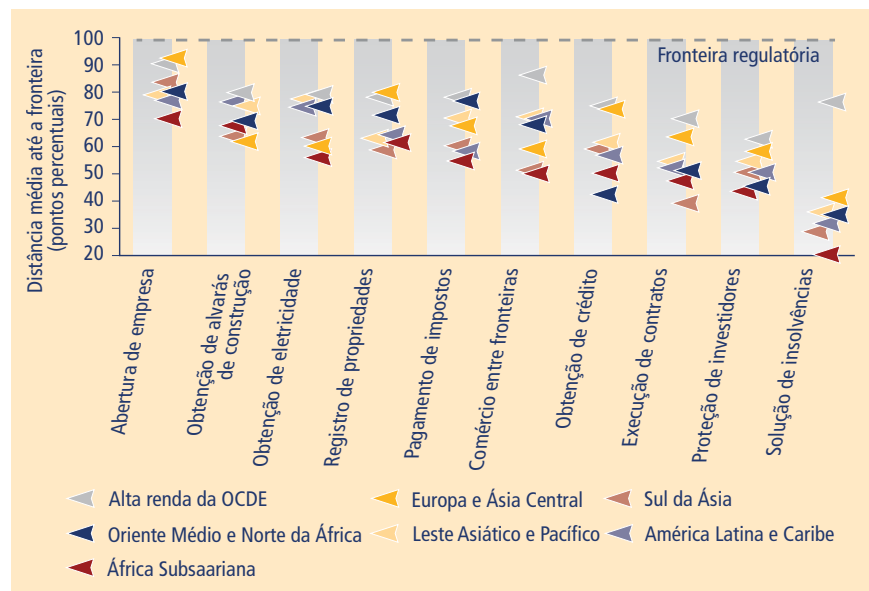
O desempenho das regiões varia consideravelmente entre as áreas medidas pelo *Doing Business*. Em várias áreas a região da Europa e Ásia Central tem um desempenho médio semelhante ao das economias

com alta renda da OCDE. Mas na obtenção de alvarás de construção essa região está mais distante da fronteira regulatória do que qualquer outra. O Leste Asiático e Pacífico acompanha de perto a Europa e Ásia Central em algumas áreas mas supera aquela região na obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, pagamento de impostos e comércio entre fronteiras. A região da América Latina e Caribe tem desempenho muito semelhante ao do Leste da Ásia e Pacífico, exceto no pagamento de impostos.

A região do Oriente Médio e Norte da África tem desempenho muito diferente. Em algumas áreas, como pagamento de impostos, ela está quase tão próxima da fronteira quanto as economias com alta renda da OCDE. Em outras, tais como obtenção de crédito, o Oriente Médio e o Norte da África têm o desempenho mais baixo entre todas as regiões. O Sul da Ásia apresenta um hiato com relação à fronteira semelhante ao da África Subsaariana na maioria das áreas, embora seu desempenho supere consideravelmente o daquela região em três áreas: abertura de empresas, solução de insolvências e obtenção de crédito.

A medida da distância até a fronteira fornece uma perspectiva sobre a variação de desempenho entre as áreas de regulamentação medidas pelo *Doing Business*. As classificações das economias nessas áreas fornecem outra perspectiva. A classificação da facilidade de se fazer negócios é apenas um número — que agrega uma média de mais de 300 pontos de dados para cada economia. Não é de surpreender que o conjunto completo de classificações e de dados entre os tópicos do *Doing Business* para uma economia podem apresentar um quadro muito diferente do fornecido pela classificação agregada (Figura 1.3). Tomemos a Estônia, que ocupa a 22ª posição na classificação da facilidade de se fazer negócios. Suas classificações sobre tópicos individuais variam de 7 para o comércio através de fronteiras até 68 em proteção de investidores. As três classificações mais baixas do Japão (em pagamento de impostos, abertura de empresas e obtenção de alvarás de construção) são, em média, 117, enquanto as três melhores (em solução de insolvências, proteção de investidores e comércio através de fronteiras) são em média 13. A classificação do Japão em facilidade global de fazer

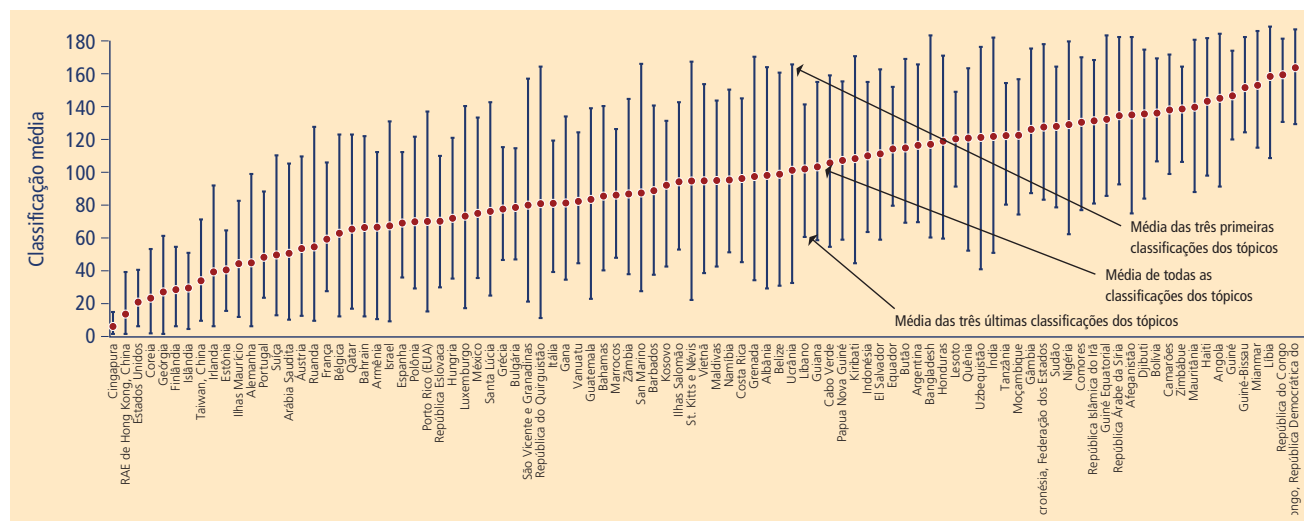
FIGURA 1.2 As economias de alta renda da OCDE estão mais próximas da fronteira na prática regulatória



Nota: A medida “distância até a fronteira” mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2003 ou o primeiro ano em que os dados para o indicador foram coletados. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, onde 100 representa a fronteira.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

FIGURA 1.3 O ambiente regulatório de uma economia pode ser mais propício aos negócios em algumas áreas do que em outras



Nota: As classificações refletidas são aquelas constantes dos 10 tópicos de *Doing Business* incluídos na classificação agregada deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios. A Figura é apenas ilustrativa; não inclui todas as 189 economias analisadas pelo relatório deste ano. Consulte as tabelas dos países para verificar as classificações sobre a facilidade de realização de negócios e cada tópico de *Doing Business* para todas as economias.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

negócios é 27. Três economias adicionadas à amostra do *Doing Business* este ano, apresentam variações semelhantes entre os tópicos (Box 1.1).

Essa variação pode indicar importantes obstáculos regulatórios para as empresas. Uma economia pode tornar mais fácil abrir uma empresa, por exemplo. Mas se for difícil obter financiamento, as restrições impedirão o crescimento de novas empresas, desestimulando o empreendedorismo.

QUAL É O QUADRO MAIS AMPLO?

O *Doing Business* reconhece que o Estado desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do setor privado. Os governos apoiam a atividade econômica com o estabelecimento e a aplicação de regras que esclarecem os direitos de propriedade e reduzem o custo da solução de litígios, que aumentam a previsibilidade das interações econômicas e que fornecem parceiros contratuais com proteção crucial contra abusos. Assim, não é surpresa descobrir que as economias que apresentam um bom desempenho nos indicadores do

Doing Business tendam a ter governos orientados por uma filosofia de “governo menor”. Na verdade, os dados sugerem o contrário. Geralmente são os governos maiores (conforme avaliado pelas despesas de consumo dos governos como uma percentagem do PIB), e não os governos menores, que tendem a fornecer uma parcela maior das proteções e regras eficientes promovidas pelo *Doing Business*.

As economias com bom desempenho nos indicadores do *Doing Business* incluem exemplos com governos maiores, bem como exemplos com governos menores. A Dinamarca, com um dos maiores governos do mundo, ocupa a posição 5 na classificação de facilidade de se fazer negócios; a Holanda, também com um dos maiores governos, ocupa a posição 28. A Região Administrativa Especial de Hong Kong, China, com um governo relativamente menor, é a número 2 na classificação. As economias com desempenho deficiente nos indicadores do *Doing Business* também incluem exemplos com governos maiores e menores. O Zimbábue, com um governo maior em termos de PIB, ocupa a posição 170, enquanto a Guiné Equatorial, com um governo menor, ocupa a posição 166. Ainda, em média, as economias com

governos menores não apresentam um desempenho melhor nos indicadores do *Doing Business* do que as economias com governos maiores (Figura 1.4).

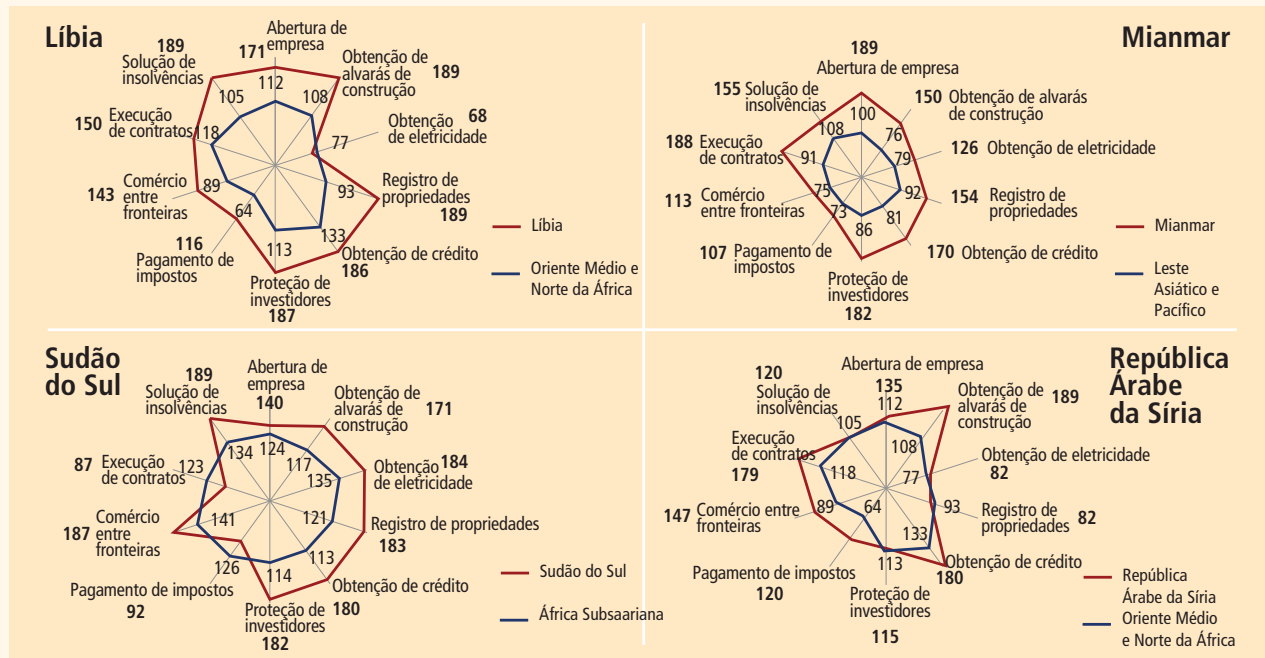
Além disso, as economias com bom desempenho nos indicadores do *Doing Business* são em média mais inclusivas com pelo menos duas dimensões. Tais economias tendem a ter setores informais menores, indicando que mais pessoas têm acesso ao mercado formal e podem beneficiar-se de regulamentações como proteções sociais e regulamentações de segurança do ambiente de trabalho (Figura 1.5). E têm mais probabilidade de igualdade de gênero perante a lei, conforme avaliado pelos indicadores do *Women, Business and the Law* do Grupo Banco Mundial.¹ Esses dois aspectos de inclusão refletem, até certo ponto, um desejo por parte dos governos de alocar recursos com maior eficácia. Isso significa o não impedimento da produtividade de empresas formais por meio de regras excessivamente onerosas. E significa não privar desnecessariamente a economia das aptidões e contribuições das mulheres. No geral, as economias com regulamentações mais inteligentes de negócios têm mais probabilidade de criar um ambiente propício a uma maior inclusão econômica.

BOX 1.1 O momento certo para melhorar as regulamentações das empresas

Pela primeira vez, o relatório deste ano avalia as regulamentações das empresas na Líbia, Mianmar e Sudão do Sul, economias que surgiram de conflitos ou que estão começando a se abrir para a economia global após anos de isolamento. Este é o momento certo para melhorar as regulamentações das empresas. Leis e regulamentações antigas ainda vigoram em Mianmar, incluindo a Lei das Empresas de 1914, o Código de Processo Civil de 1908 e a Lei Probatória de 1872. Na Líbia, o código civil e os códigos de processo civil e comercial datam de 1953. No Sudão do Sul, o desafio não é a atualização das leis e regulamentações antigas, mas a criação de leis e regulamentações a partir do zero. Esse processo leva tempo. No entanto, desde a independência em 2011, o Sudão do Sul aprovou uma legislação sobre direito empresarial, impostos e insolvência.

O relatório *Doing Business* fornece dados de referência que podem ajudar a informar os formuladores de políticas sobre a criação de leis e sua implementação. Os dados do relatório deste ano mostram que essas três economias estão entre as 10 piores em termos de facilidade de se fazer negócios. Apesar de seu desempenho variar ligeiramente entre os tópicos do *Doing Business*, os dados mostram sistematicamente que essas economias têm procedimentos de regulamentação complexos e dispendiosos e instituições deficientes que são relevantes para a regulamentação das empresas (ver Figura). Mas em todas as três economias, novas leis estão em discussão e podem afetar futuras edições dos dados do *Doing Business*. O relatório *Doing Business* continuará a avaliar e monitorar as possíveis melhorias.

Existem muitas áreas para melhoria das regulamentações nos Estados frágeis e afetados por conflitos Classificação global, por tópico do relatório *DOING BUSINESS*



Nota: Os números são classificações médias das economias e regiões, onde o número "1" indica a maior classificação em um tópico e "189" indica a menor classificação.
Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

Nas economias afetadas por conflitos, a reforma das regulamentações das empresas é quase sempre uma tarefa difícil, mesmo quando as empresas geralmente enfrentam desafios cada vez maiores no seu ambiente regulatório. A guerra civil, um enfraquecimento significativo da capacidade de o Estado aplicar a lei e outras características dos Estados afetados por conflitos muitas vezes produzem uma piora das condições nas quais o setor privado opera. A República Árabe da Síria foi a economia que apresentou a maior deterioração em 2012/2013 nas áreas avaliadas pelo relatório *Doing Business*. O tempo e o custo associados ao comércio entre fronteiras, por exemplo, aumentaram consideravelmente e nenhum alvará de construção está sendo emitido em Damasco, impossibilitando a construção legal de novas edificações.

Mas existem notícias animadoras de outros Estados frágeis e afetados por conflitos. Um relatório recém-publicado, *Doing Business no G7+ 2013*, mostra que todas as economias no grupo G7+ melhoraram seu ambiente regulatório de empresas desde

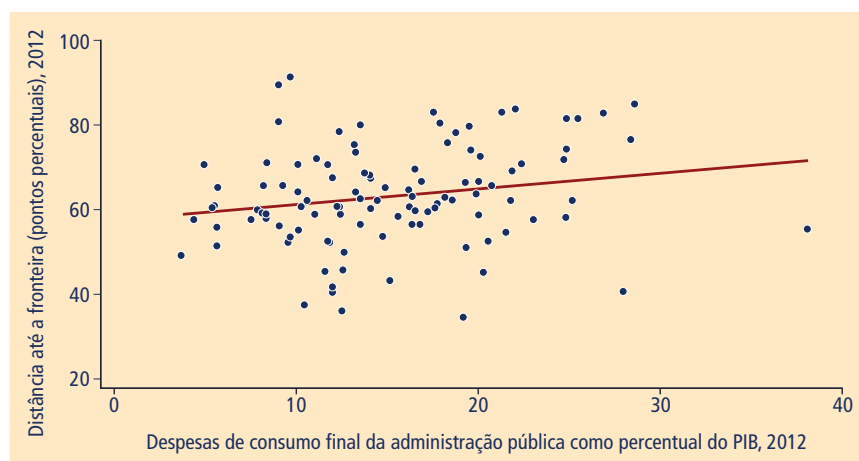
(continua na página seguinte)

BOX 1.1 O momento certo para melhorar as regulamentações das empresas (continuação)

2005, reduzindo o hiato com o melhor desempenho observado globalmente pelo relatório *Doing Business*.^a Serra Leoa, Burundi, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Costa do Marfim, Togo e Ilhas Salomão estão entre as 50 economias que apresentaram as maiores melhorias entre 2005 e 2012.

- a. Um relatório especial, *Doing Business no G7+ 2013* compara as regulamentações das empresas nas economias do grupo G7+: Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Comoros, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Libéria, Papua Nova Guiné, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Sudão do Sul, Timor-Leste e Togo. O grupo G7+ é um mecanismo global conduzido e apropriado pelos países estabelecido em abril de 2010 para monitorar, reportar e chamar a atenção para os desafios específicos enfrentados pelos Estados frágeis.

FIGURA 1.4 O bom desempenho nos indicadores do *Doing Business* não está associado a governos menores

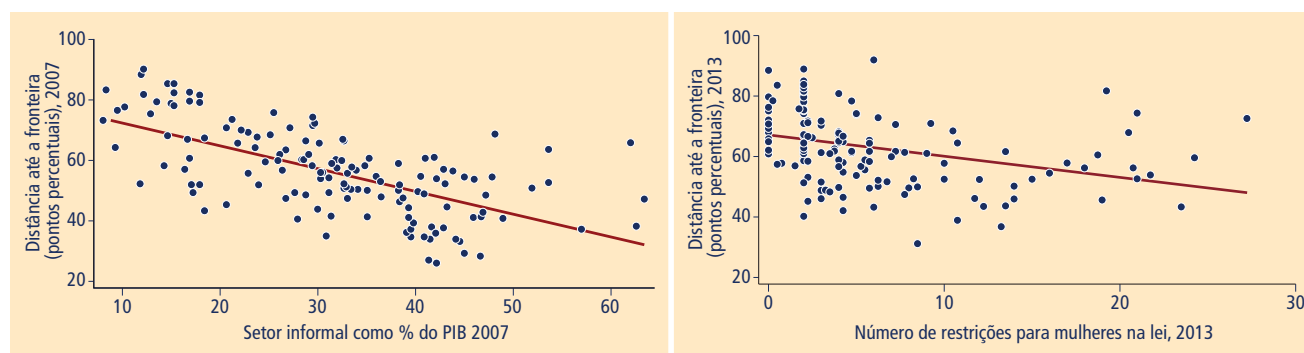


Nota: A correlação entre a distância até a fronteira e as despesas públicas é de 0,20 e consideravelmente diferente de zero.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; Banco Mundial, Banco de dados de *World Development Indicators* (Indicadores do Desenvolvimento Mundial)

Nenhum conjunto de indicadores tem possibilidade de captar toda a complexidade de uma determinada realidade — no caso dos indicadores do *Doing Business*, a complexidade enfrentada pelos empreendedores, à medida que exercem suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam cumprir as regras estabelecidas pelo governo. A existência de um registro de empresa de última geração causa menos impacto na criação de empregos ou nos investimentos do setor privado em uma economia, se houver escassez de estradas, se o crime for desenfreado e se a captura ou a corrupção do Estado for a regra. Para entender os desafios enfrentados pelas empresas, as classificações do *Doing Business* e os dados subjacentes, portanto, precisam ser usados juntamente com outras informações. Logicamente, as regulamentações sólidas das empresas

FIGURA 1.5 As economias com bom desempenho nos indicadores do *Doing Business* têm mais probabilidade de ser mais inclusivas — com um setor informal menor e uma igualdade maior de gênero perante a lei



Nota: A correlação entre a distância até a fronteira e o tamanho do setor informal é de $-0,65$. A correlação entre a distância até a fronteira e o número de restrições para as mulheres na lei é de $-0,34$. As duas relações são significativas no nível de 1%, após o controle da renda *per capita*. O número de restrições para as mulheres na lei refere-se às restrições avaliadas pelos indicadores *Women, Business and the Law*, um conjunto de dados que capta 47 restrições legais em matéria de emprego e empreendedorismo das mulheres.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; Schneider, Buehn e Montenegro, 2010; Grupo do Banco Mundial, banco de dados de *Women, Business and the Law*.

não são o único elemento de que depende um ambiente de negócios vibrante. Outras áreas além do foco do *Doing Business* são também importantes, incluindo política macroeconômica estável, força de trabalho com alto nível de instrução e infraestrutura bem desenvolvida, apenas para citar alguns exemplos.

QUE GANHOS FORAM OBTIDOS EM 2012/2013?

A reforma em qualquer área da política de governo é um desafio. As regulamentações das empresas não são exceção. A implementação de mudanças regulatórias geralmente requer um acordo entre as inúmeras agências em um governo. Consideremos um serviço centralizado para o registro de empresas. A criação de um serviço desse tipo envolve a coordenação entre o registro da empresa, o instituto de estatística e as Tesourarias Estadual e Municipal da Fazenda Pública, apenas para citar alguns exemplos. Contudo, 96 economias seguiram esse procedimento.

Os governos efetuam tais reformas porque a redução da complexidade e do custo de processos regulatórios ou o fortalecimento das instituições jurídicas relevantes para as regulamentações das empresas proporciona muitos benefícios. Os governos beneficiam-se da economia de custos porque a manutenção dos novos sistemas é geralmente mais fácil (apesar de a instituição de um novo sistema envolver um custo fixo inicial). As empresas beneficiam-se de processos mais simples e menos dispendiosos ou de instituições mais confiáveis. E as economias como um todo beneficiam-se da abertura de novas empresas, mais empregos, crescimento do comércio e um maior dinamismo econômico global (vide o capítulo de pesquisa sobre os efeitos das regulamentações das empresas).

Em 2012/2013, tais esforços continuaram em todo o mundo: 114 economias implementaram 238 reformas regulatórias, ou seja, mais facilidade de se fazer negócios, com cerca de 18% a mais de reformas do que no ano anterior. Esse é o segundo maior número de reformas implementadas em um ano desde a crise financeira de 2009.

Progressos na redução de formalidades

Os resultados dessas reformas são tangíveis. Podem ser quantificados pela soma de todos os procedimentos de regulamentação, pagamentos e documentos necessários para uma empresa de pequeno a médio porte para concluir um conjunto de transações, tais como abertura de empresas, registro de propriedades e assim por diante — em cada economia abordada pelo *Doing Business*. Em 2012, tais formalidades teriam chegado a um total de 21.272 e seriam necessários 248.745 dias para conclusão dos procedimentos (Tabela 1.2). Devido às reformas regulatórias empreendidas em 2012/2013, esse labirinto de regulamentações agora contém cerca de 300 formalidades (1,3%) a menos do que em 2012.² Quando comparado com 2005, o primeiro ano em que os dados para 9 dos 10 grupos de indicadores do *Doing Business* foram coletados pela primeira vez, o número de formalidades caiu em cerca de 2.400 (11%) e o tempo em cerca de 40.000 dias.

Esses cálculos representam um caso hipotético em que uma empresa percorre todos os procedimentos avaliados pelo *Doing Business* em cada economia abordada. Mas algumas economias são bem maiores do que outras, sendo que nessas economias o ônus da regulamentação deficiente afeta um grande número de empresas. Nas 107 economias abordadas pelo *Doing Business* e *Entrepreneurship Database* do Banco Mundial do Banco Mundial, cerca de 3,1 milhões de sociedades de responsabilidade limitada foram criadas apenas em 2012.³ Partindo do pressuposto do cumprimento das regras e regulamentações para a incorporação das sociedades à sua economia doméstica, conforme avaliado pelo *Doing Business*, essas 3,1 milhões de sociedades juntas trataram de 18,7 milhões de procedimentos diferentes e gastaram 46,9 milhões de dias para serem incorporadas. Mas se todas as 107 economias seguissem a melhor prática em processos regulatórios em termos de abertura de empresa, essas novas empresas teriam gasto apenas 1,5 milhão de dias com a burocracia local, poupando uma parcela maior de seu tempo e energia empreendedora para dedicar-se ao seu novo negócio. Em outras palavras, uma vez que nem todas as economias seguiram a

melhor prática, os empreendedores gastaram um adicional de 45,4 milhões de dias atendendo a requisitos burocráticos.

Padrões entre regiões

Os padrões das reformas regulatórias variam entre as regiões. Em 2012/2013, o Sul da Ásia apresentou a maior parcela de economias (75%) com reformas regulatórias em pelo menos uma área avaliada pelo *Doing Business*.⁴ A Europa e a Ásia Central, continuando seu ritmo constante de reforma regulatória, apresentaram a segunda maior parcela (73%), seguida de perto pela África Subsaariana (66%). No Leste da Ásia e no Pacífico 60% das economias implementaram pelo menos uma reforma regulatória, ao passo que na América Latina e no Caribe somente 53% o fizeram. O Oriente Médio e o Norte da África apresentaram a menor parcela de economias que implementaram reformas regulatórias em pelo menos uma área (40%), um desenvolvimento que é parcialmente vinculado ao distúrbio político atual na região.

Como nos anos anteriores, as reformas com o objetivo de reduzir a complexidade e o custo de processos regulatórios eram mais comuns em todo o mundo do que as reformas com o objetivo de fortalecer as instituições jurídicas relevantes para a regulamentação das empresas (Figura 1.6). No Sul da Ásia, por exemplo, 75% das economias implementaram pelo menos uma reforma para redução da complexidade e do custo de processos regulatórios, enquanto apenas 25% tinham pelo menos uma reforma com o objetivo de fortalecer as instituições jurídicas. O padrão é semelhante em todas as outras regiões, exceto no Leste Asiático e Pacífico.

QUEM MAIS MELHOROU EM 2012/2013?

Em 2012-2013, 29 economias implementaram três ou mais reformas líquidas, melhorando seus sistemas regulatórios de empresas ou instituições correlatas, conforme avaliado pelo *Doing Business*. Essas 29 economias incluem economias de todos os grupos de renda: renda alta (5), renda média-alta (9), renda média-baixa (12) e renda baixa (3). E incluem economias de todas as regiões.

| TABELA 1.2 Total de formalidades, tempo e custo de conclusão de uma transação em cada economia | | | |
|--|------------|------------|--------------------|
| | 2012 | 2013 | Economias |
| Abertura de empresas | | | |
| Procedimentos (número) | 1.393 | 1.335 | 58 |
| Tempo (dias) | 5.590 | 4.700 | 890 |
| Custo (US\$) | 203.765 | 201.648 | 2.117 |
| Capital mínimo (US\$) | 523.148 | 480.337 | 42.811 |
| Obtenção de alvarás de construção | | | |
| Procedimentos (número) | 2.865 | 2.777 | 88 |
| Tempo (dias) | 33.532 | 31.951 | 1.581 |
| Custo (US\$) | 2.773.595 | 2.570.251 | 203.344 |
| Obtenção de eletricidade | | | |
| Procedimentos (número) | 1.010 | 1.002 | 8 |
| Tempo (dias) | 20.651 | 20.625 | 26 |
| Custo (US\$) | 5.640.846 | 5.506.263 | 134.583 |
| Pagamento de impostos | | | |
| Pagamentos (número por ano) | 5.141 | 5.046 | 95 |
| Tempo (horas por ano) | 50.804 | 50.607 | 197 |
| Registro de propriedades | | | |
| Procedimentos (número) | 1.105 | 1.090 | 15 |
| Tempo (dias) | 10.082 | 9.488 | 594 |
| Custo (US\$) | 5.476.360 | 5.543.489 | -67.129 |
| Comércio entre fronteiras | | | |
| Documentos para exportação (número) | 1.174 | 1.175 | -1 |
| Tempo necessário para exportação (dias) | 4.171 | 4.132 | 39 |
| Custo necessário para exportação (US\$ por contêiner) | 278.546 | 286.385 | -7.839 |
| Documentos para importação (número) | 1.372 | 1.369 | 3 |
| Tempo necessário para importação (dias) | 4.702 | 4.661 | 41 |
| Custo necessário para importação (US\$ por contêiner) | 334.393 | 344.573 | -10.180 |
| Execução de contratos | | | |
| Procedimentos (número) | 7.212 | 7.207 | 5 |
| Tempo (dias) | 117.847 | 117.489 | 358 |
| Solução de insolvências | | | |
| Tempo (anos) | 460 | 454 | 6 |
| | 2012 | 2013 | Total de economias |
| Total de formalidades (número) | 21.272 | 21.001 | 21.272 |
| Tempo total (dias) | 248.745 | 243.283 | 248.745 |
| Custo total (US\$) | 15.230.653 | 14.932.946 | 15.230.653 |

Nota: Apesar de o número total de procedimentos para obtenção de eletricidade ter diminuído entre 2012 e 2013, o tempo total aumentou devido à falta de capacidade de fornecimento de novas conexões de eletricidade nos Estados Federados da Micronésia, o que levou ao acréscimo de um ano inteiro ao tempo daquele país.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*

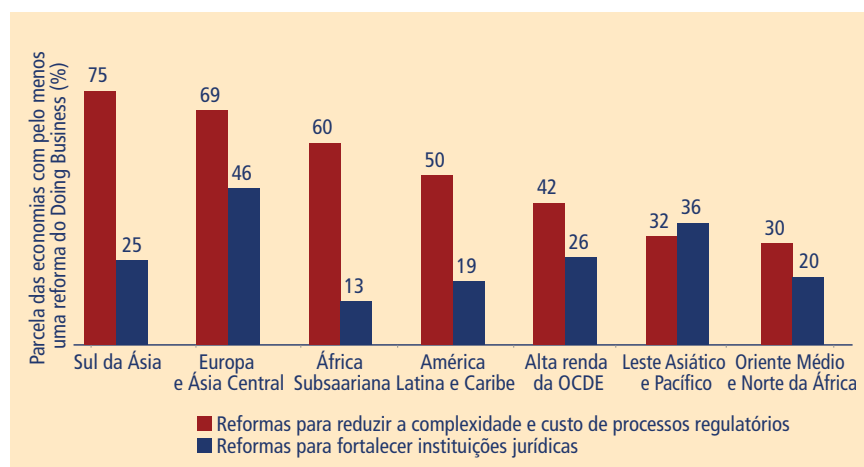
Entre essas 29 economias, 10 destacam-se por terem reduzido mais a distância até a fronteira: Ucrânia, Ruanda, Federação Russa, Filipinas, Kosovo, Djibouti, Costa do Marfim, Burundi, a ex-República Iugoslava da Macedônia e Guatemala (Tabela 1.3). Cinco delas — Burundi, Guatemala, a antiga República Iugoslava da Macedônia, Ruanda e Ucrânia — posicionaram-se entre as economias que mais melhoraram nos anos anteriores. Juntas, 10 economias implementaram 49 reformas, facilitando a realização de negócios em 2012–2013. Dessas reformas, 38 focaram a redução da complexidade e do custo de processos regulatórios, enquanto 11 focaram o fortalecimento das instituições jurídicas.

A Ucrânia foi a economia que mais melhorou em 2012/2013, implementando reformas em 8 das 10 áreas avaliadas pelo *Doing Business*. A Ucrânia tornou mais fácil a abertura de uma empresa eliminando um procedimento separado para registro com a instituição de estatística e abolindo a taxa para o registro do valor agregado. Facilitou também a obtenção de alvarás de construção, com a criação de um sistema de aprovação baseado em riscos que agilizou os procedimentos para prédios mais simples e com menos fatores de risco. E uma emenda à lei de direitos de propriedade simplificando o processo de registro de direitos de propriedade sobre bens imóveis facilitou a obtenção de alvarás de construção e o registro de propriedades.

Além disso, o serviço de crédito privado da Ucrânia (IBCH) começou a coletar dos bancos, dados sobre empresas, expandindo as informações disponíveis a credores e devedores. A introdução de formulários mais simples para o imposto sobre valor agregado e a contribuição social unificada reduziu o tempo exigido para o cumprimento das obrigações tributárias. A implementação do novo código aduaneiro reduziu o tempo necessário para exportação e importação. E uma emenda à lei de falências facilitou a solução de insolvências.

A obtenção de alvarás de construção foi a área mais comum da reforma regulatória entre as economias que mais melhoraram. Nove dessas 10 economias fizeram alterações nessa área. As melhorias na obtenção de alvarás de construção geralmente mostram resultados

FIGURA 1.6 Reformas para redução da complexidade e do custo de processos regulatórios continuaram a ser mais comuns em 2012/2013



Nota: As reformas para redução da complexidade e do custo de processos regulatórios são reformas nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, pagamento de impostos e comércio entre fronteiras. As reformas para fortalecer instituições jurídicas são reformas nas áreas de obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e solução de insolvências.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

somente após um longo período, depois da aprovação das novas leis ou sistemas. Na Rússia foi preciso mais de uma década para o código nacional de

planejamento urbano de 1997 ser implementado em Moscou. O prefeito finalmente adotou o código em abril de 2011, substituindo inúmeras regulamentações

ad hoc. Mas somente agora os construtores em Moscou estão sentindo os efeitos positivos de sua implementação. Na Cidade da Guatemala, o município expandiu o serviço centralizado para a obtenção de alvarás de construção para incluir a empresa municipal de água, EMPAGUA, em 2012.

O registro de propriedades foi outro foco comum; sete das economias que mais melhoraram implementaram mudanças nessa área. Ao final de 2012, a Rússia concluiu um banco de dados eletrônico de todos os imóveis do país, uma grande realização em uma economia que abrange nove fusos horários. Em uma escala geográfica menor, a Autoridade de Recursos Naturais de Ruanda implementou um programa sistemático de registro de terras e agora 90% das propriedades do país estão registradas. Em março de 2013, Burundi criou um sistema de balcão único de transferência de propriedades.

A Guatemala, as Filipinas e a Ucrânia simplificaram o processo de pagamento de impostos das empresas. A expansão

TABELA 1.3 As 10 economias com maior progresso em três ou mais áreas medidas pelo Doing Business em 2012–2013

| | Classificação da facilidade de se fazer negócios | Reformas para facilitar a realização de negócios | | | | | | | | | |
|----|--|--|---------------------------------|--------------------|-------------------------|---------------|--------------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|----------------------------|
| | | Abrir uma empresa | Lidar com alvarás de construção | Obter eletricidade | Registrar a propriedade | Obter crédito | Proteção de investidores | Pagar impostos | Comércio através de fronteiras | Cumprir contratos | Solucionar uma insolvência |
| 1 | Ucrânia | 112 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| 2 | Ruanda | 32 | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ |
| 3 | Federação Russa | 92 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | | |
| 4 | Filipinas | 108 | | ✓ | | | ✓ | | ✓ | | |
| 5 | Kosovo | 86 | ✓ | ✓ | | ✓ | | | ✓ | | |
| 6 | Djibuti | 160 | ✓ | | | | ✓ | | | | ✓ |
| 7 | Costa do Marfim | 167 | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | ✓ | |
| 8 | Burundi | 140 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | |
| 9 | Macedônia, ex-República Iugoslava da | 25 | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| 10 | Guatemala | 79 | ✓ | ✓ | | | | | ✓ | | |

Nota: As economias são selecionadas com base no número de reformas e classificadas de acordo com o quanto elas melhoraram em relação à medida de distância até a fronteira. Primeiro, o *Doing Business* seleciona as economias que implementaram reformas para facilitar a realização de negócios em três ou mais dos 10 tópicos incluídos na classificação agregada deste ano. As reformas regulatórias que dificultam a realização de negócios são subtraídas do número das reformas que facilitam a realização de negócios. Segundo, o *Doing Business* classifica essas economias de acordo com a melhoria da pontuação de distância até a fronteira em relação ao ano anterior. A melhoria pontuação de distância até a fronteira não é calculada por meio dos dados publicados em 2012, mas por meio de dados comparativos que incluem as revisões dos dados. A escolha das economias com maior progresso é determinada pelas melhorias mais significativas na pontuação de distância até a fronteira entre as economias com pelo menos três reformas.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

ou criação de sistemas on-line de declaração e pagamento de impostos e a simplificação dos formulários fiscais foram os pontos mais comuns das reformas nessas economias.

Outras das economias com melhores resultados aprimoraram a legislação sobre insolvências, fortaleceram os direitos jurídicos dos credores ou aumentaram a esfera das informações de crédito disponíveis. As Filipinas melhoraram o intercâmbio de informações de crédito ao garantir o direito dos mutuários de acessar seus dados no maior serviço de crédito do país. Na Macedônia (ex-República da Iugoslávia), as novas emendas na Lei sobre Direito Contratual, adotada em junho de 2012, proporcionam mais flexibilidade à elaboração de acordos sobre a dívida por meio de garantias mobiliárias. E no Djibuti, um novo código comercial, que substituiu o código de 1986, fortaleceu os direitos jurídicos dos credores e melhorou o quadro de insolvência.

Também foram feitos aprimoramentos no processo de importação e exportação. A Rússia criou um novo sistema de intercâmbio de dados em 2009, permitindo aos comerciantes o envio das declarações alfandegárias e dos documentos de apoio de forma eletrônica. O número de usuários desde então cresceu e atualmente esse é o método mais usado de envio de declarações alfandegárias. Em janeiro de 2013, Ruanda implementou um sistema eletrônico de balcão único no posto de Rusumo, na fronteira com a Tanzânia, que costumava acessar o porto de Dar es Salaam. Conectado a instituições como o Serviço de Normalização de Ruanda e da Diretoria de Desenvolvimento de Ruanda, o sistema permite que os comerciantes recebam certificações e aprovações por meio eletrônico.

Quatro das 10 economias que mais melhoraram reduziram a complexidade e o custo da obtenção de eletricidade. A Rússia tornou a obtenção de eletricidade mais simples e menos onerosa com a agilização dos procedimentos e a atribuição de tarifas-padrão para as conexões.

Somente duas das 10 economias que mais melhoraram fortaleceram as proteções aos investidores minoritários:

Ruanda e Macedônia (ex-República Iugoslava). E apenas uma simplificou a execução de contratos, a Costa do Marfim, com a criação de um tribunal comercial especializado.

QUEM MELHOROU MAIS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS?

Muitas das economias que mais melhoraram em 2012/13 reformaram ativamente as regulamentações comerciais por vários anos. O relatório deste ano apresenta as tendências globais desde 2009. Esse ano foi escolhido por duas razões principais. Primeiro, começar por 2009 pode fornecer cinco pontos de dados anuais, o que permite uma análise das melhorias de médio prazo. E em segundo lugar, significa que a medida da distância até a fronteira pode ser usada para analisar as melhorias em todos os 10 tópicos incluídos na classificação da facilidade de se fazer negócios, uma vez que 2009 foi o primeiro ano em que foram coletados dados para os indicadores de obtenção de eletricidade.

Com o tempo, as regulamentações tornaram-se mais favoráveis aos negócios, mas para um grande número de economias ainda há bastante espaço para mais melhorias. Em média, desde 2009 as 183 economias incluídas na análise diminuíram o hiato com a fronteira regulatória em 3,1 pontos percentuais (Figura 1.7). Em 2009, essas economias estavam em média a 41,3 pontos percentuais de distância da fronteira, com a economia mais próxima com 9,3 pontos percentuais de distância e a economia mais distante com 72,3 pontos percentuais de distância. Agora essas 183 economias estão em média com 38,1 pontos percentuais de distância da fronteira, com a economia mais próxima com 7,8 pontos percentuais de distância e a economia mais distante com 68,8 pontos percentuais de distância.

Dois terços das reformas registradas pelo *Doing Business* nos últimos cinco anos focalizaram a redução da complexidade e o custo dos processos regulatórios; o terço restante procurou fortalecer a estrutura institucional da regulamentação comercial. Entre as 183 economias, somente sete não implementaram mudanças em

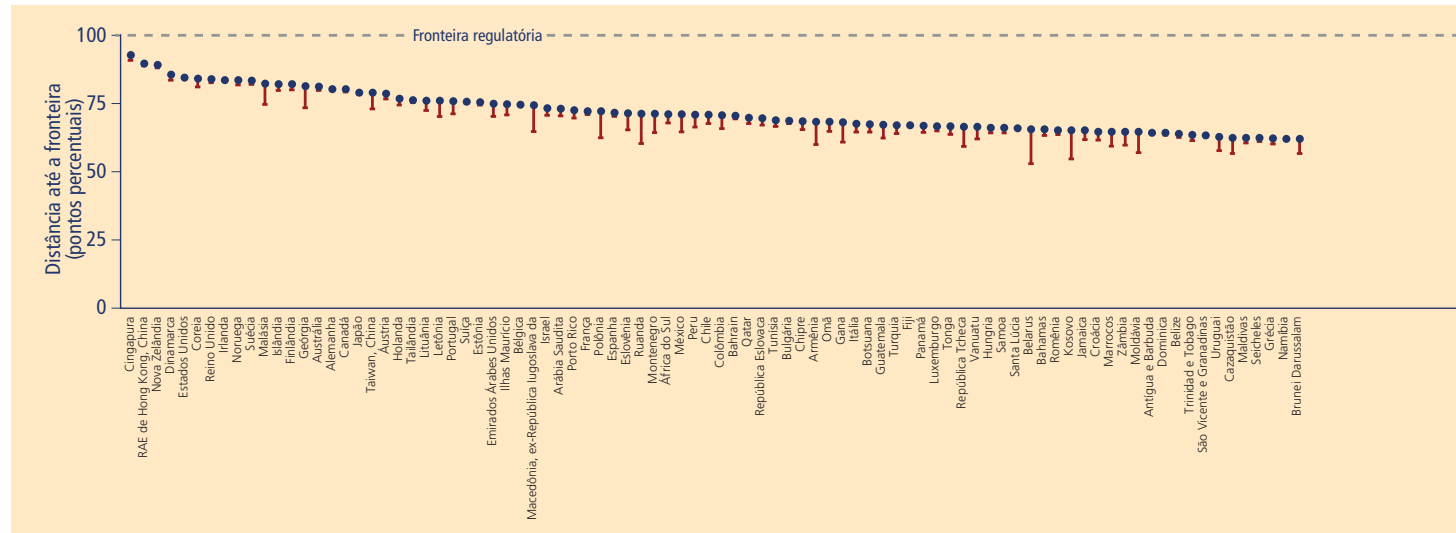
nenhuma das áreas avaliadas pelo *Doing Business*: Antígua e Barbuda, Bolívia, Eritreia, Iraque, Estados Federados da Micronésia e Estados Unidos. Exceto pelos Estados Unidos, são economias que geralmente têm baixa classificação na facilidade de fazer negócios.

Em algumas economias, a ausência de reformas regulatórias pode refletir um ambiente político e institucional turbulento, o que limita bastante a capacidade do governo de focar a criação de um ambiente mais propício aos negócios. Conflitos civis, pobreza generalizada e graves restrições na capacidade administrativa podem dificultar, por exemplo, o fortalecimento dos direitos dos credores, a criação de um sistema judiciário mais eficiente ou a expansão das proteções oferecidas aos acionistas minoritários. Em outras economias, no entanto, a questão não está nas restrições de capacidades ou de recursos, mas nas escolhas políticas feitas pelas autoridades, muitas vezes com tendências contra o setor privado. Nessas economias, a medida da distância até a fronteira revela uma grande deterioração da qualidade do ambiente regulatório de negócios nos últimos anos, e as pequenas e médias empresas enfrentam um número cada vez maior de restrições e distorções onerosas.

Melhorias em todas as regiões e grupos de renda

Desde 2009, todas as regiões do mundo e as economias de todos os níveis de renda melhoraram suas regulamentações comerciais na média. Além disso, as melhorias estão ocorrendo onde são mais necessárias. As regiões onde os processos regulatórios são mais longos e dispendiosos e as instituições regulatórias são mais precárias também são aquelas onde ocorreram as maiores melhorias. Nos últimos cinco anos a África Subsaariana reduziu o hiato com a fronteira regulatória três vezes mais do que as economias de alta renda da OCDE (Figura 1.8). E as economias de baixa renda melhoraram a distância média até a fronteira duas vezes mais que as economias de alta renda (Figura 1.9). Parte da explicação é que as economias de alta renda já estavam muito mais próximas da fronteira e, portanto, tinham menos espaço para melhorar.

FIGURA 1.7 Quanto as economias avançaram em direção à fronteira na prática regulatória desde 2009?



Nota: A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2003 ou o primeiro ano em que os dados para o indicador foram coletados. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, onde 100 representa a fronteira. Os dados referem-se às 183 economias incluídas no *Doing Business* 2010 (2009). Seis economias foram incluídas nos anos subsequentes. As barras verticais mostram a mudança na distância até a fronteira de 2009 a 2013. As 20 economias que mais melhoraram estão destacadas em vermelho.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

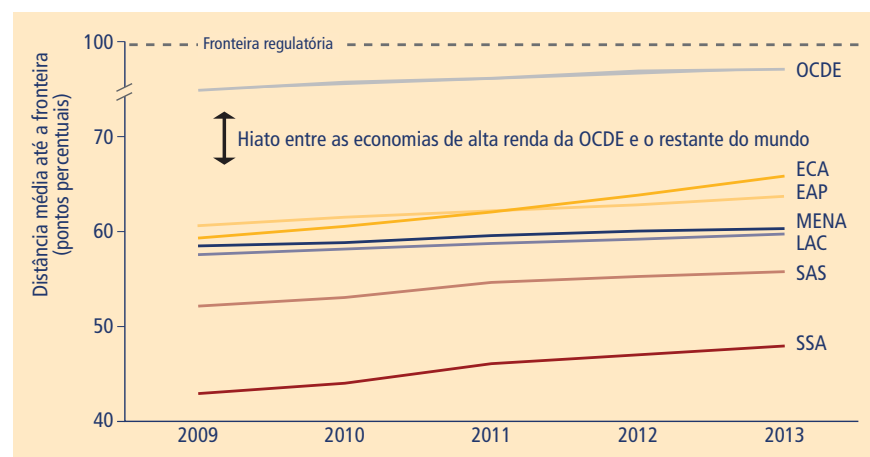
Mas de qualquer modo, as economias de baixa renda fizeram um esforço importante para melhorar as regulamentações comerciais desde 2009.

A reforma regulatória dos negócios é especialmente importante nas economias de baixa renda. As informações apresentadas no relatório deste ano mostram a ligação entre melhores regulamentações comerciais e crescimento econômico (ver o capítulo sobre pesquisa dos efeitos das regulamentações comerciais). Além disso, pesquisas recentes mostram que o crescimento econômico continua a ser o fator mais importante na determinação do ritmo do crescimento da renda das pessoas pobres.⁵ Juntas, essas evidências indicam que ter regulamentações comerciais sensatas contribuiu para a redução da pobreza e para a promoção da prosperidade compartilhada, os dois objetivos do Grupo Banco Mundial.

Em todas as regiões, a abertura de empresas surge como a área com a maior parcela de reformas desde 2009. Entre essas economias, a solução de insolvências e o pagamento de impostos são as áreas com as parcelas mais altas de economias reformadoras. Um padrão semelhante pode ser visto na Europa e na Ásia Central, onde 73% das economias fizeram reformas em

solução de insolvências e 85% em pagamento de impostos. Essas opções de reformas refletem em parte a resposta à crise financeira global, que criou uma necessidade premente de simplificar os processos de insolvência e suavizar o ônus da administração tributária no setor empresarial.

Além da abertura de empresas, as diversas regiões concentraram seus esforços de reformas regulatórias em diferentes áreas. Na África Subsaariana, a segunda maior área de foco desde 2009 foi o comércio através das fronteiras, enquanto no Sul da Ásia as economias se

FIGURA 1.8 Todas as regiões estão melhorando nas áreas medidas pelo *Doing Business*

Nota: A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2003 ou o primeiro ano em que os dados para o indicador foram coletados. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, onde 100 representa a fronteira. Os dados referem-se às 183 economias incluídas no *Doing Business* 2010 (2009) e às classificações regionais de 2013. Seis economias foram incluídas nos anos subsequentes. EAP = Leste Asiático e Pacífico; ECA = Leste Europeu e a Ásia Central; LAC = América Latina e Caribe; MENA = Oriente Médio e Norte da África; OECD = Alta renda da OCDE; SAS = Sul da Ásia; SSA = África Subsaariana.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.



concentraram mais no registro de propriedades. No Leste Asiático e Pacífico e na América Latina e Caribe o foco foi em pagamento de impostos, e no Oriente Médio e Norte da África em obtenção de crédito.

Embora a abertura de empresas tenha sido a área mais comum da reforma regulatória, esta não é a área com as melhorias mais significativas no nível

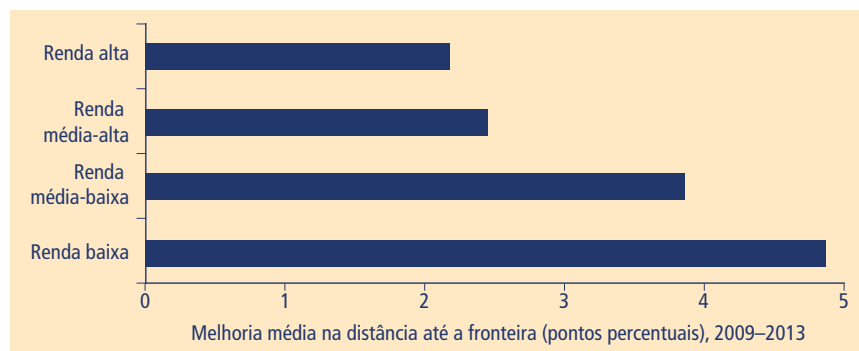
regional desde 2009, principalmente porque o ponto inicial em 2009 já estava mais próximo da fronteira regulatória do que em outras áreas. As economias de alta renda da OCDE diminuíram o hiato com a fronteira principalmente em solução de insolvências, a Europa e a Ásia Central em pagamento de impostos, o Sul da Ásia em registro de propriedades, e o Oriente Médio e Norte da África, o Leste Asiático e Pacífico

e a África Subsaariana em obtenção de crédito.

As 20 economias que mais reduziram o hiato

Das 20 economias que mais reduziram o hiato com a fronteira regulatória desde 2009, nove estão na África Subsaariana, oito na Europa e Ásia Central, duas no Leste Asiático e Pacífico e uma é uma economia de alta renda da OCDE (Figura 1.7). Nenhuma dessas economias está no Oriente Médio e Norte da África nem na América Latina e Caribe, as regiões que, coerentemente, também apresentam menores números de reformadores. Entre essas 20 economias, existem tanto economias pequenas como grandes, bem como pertencentes a todos os níveis de renda, embora haja maior incidência de economias de renda baixa e média-baixa. Em conjunto, nos últimos cinco anos essas 20 economias implementaram 253 reformas regulatórias que facilitaram a realização de negócios, cerca de 20% do total global do período. Duas delas — Ucrânia e Ruanda — implementaram pelo menos uma reforma regulatória em todas as áreas avaliadas pelo *Doing Business*. Seguindo a tendência global, a abertura de empresas foi a área mais comum de ocorrência de reformas regulatórias entre as 20 economias, seguida pelo pagamento de impostos.

FIGURA 1.9 As economias de baixa renda foram as que mais reduziram o hiato com a fronteira regulatória desde 2009



Nota: A medida “distância até a fronteira” mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2003 ou o primeiro ano em que os dados para o indicador foram coletados. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, onde 100 representa a fronteira. Os dados referem-se às 183 economias incluídas no *Doing Business* 2010 (2009) e às classificações dos grupos de renda de 2013. Seis economias foram incluídas nos anos subsequentes.

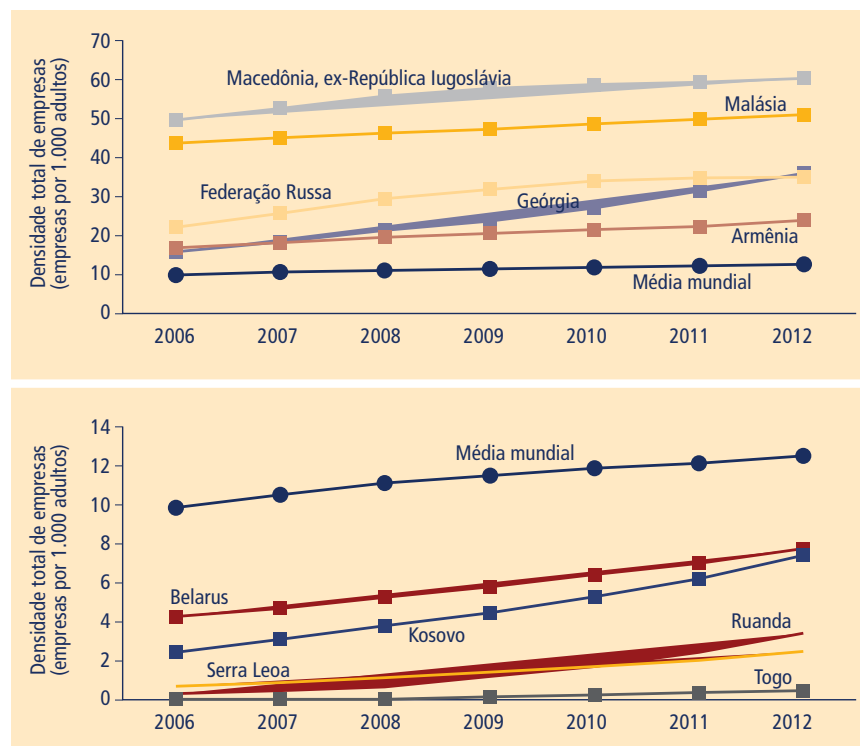
Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

As 20 economias que mais reduziram o hiato regulatório também são dinâmicas de outras maneiras. De um modo geral, a criação de novas empresas nessas economias tem pelo menos acompanhado a média mundial dos últimos anos. A densidade total de empresas (o número de empresas por 1.000 adultos) tem crescido regularmente (Figura 1.10). Na Rússia, por exemplo, o número de empresas por 1.000 adultos aumentou de 22 em 2006 para 35 em 2012. Em algumas economias da África Subsaariana, esse número aumentou mais de 10 vezes. Em Ruanda, o número de empresas por 1.000 adultos aumentou de 0,3 para 3,4. Embora ainda esteja muito abaixo da média mundial de 12,4, esse aumento é impressionante para o período analisado. De modo geral, tanto a densidade total de empresas como a densidade de novas empresas (o número de empresas abertas por 1.000 adultos) estão altamente relacionadas com o desempenho nos indicadores do *Doing Business* (Figura 1.11).

EM QUE ÁREAS HOVE UMA MAIOR REDUÇÃO DO HIATO?

Uma das tendências mais encorajadoras mostradas pelos dados do *Doing Business* na última década é a convergência gradual do desempenho das economias nas áreas acompanhadas pelos indicadores. As economias com instituições regulatórias fracas e processos regulatórios mais complexos e onerosos tendem a realizar reformas regulatórias com menos frequência. Mas quando fazem, enfocam as

FIGURA 1.10 Um aumento constante na densidade total de empresas entre as economias que mais reduziram o hiato regulatório desde 2009



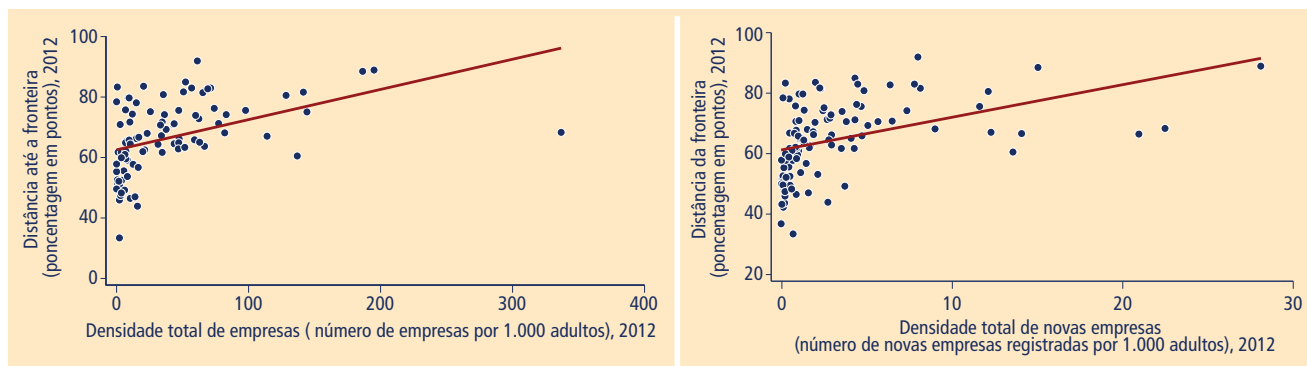
Nota: Os dados se referem a sociedades limitadas. Outras economias que estão entre as 20 que reduziram mais intensamente o hiato regulatório foram excluídas da figura por falta de dados.

Fonte: World Bank Group Entrepreneurship Snapshots, edição 2013

áreas onde têm pior desempenho regulatório, de modo lento mas constante, começando a adotar algumas das melhores práticas apresentadas entre os países de melhor desempenho. Por exemplo: Em 2005, o tempo médio para abrir uma empresa nas economias classificadas

no pior quartil neste indicador era de 113 dias. Nos três melhores quartis essa média era de 29 dias. Atualmente esse hiato é bem menor. Embora a diferença ainda seja significativa (33 dias), é consideravelmente menor que os 85 dias em 2005 (Figura 1.12).

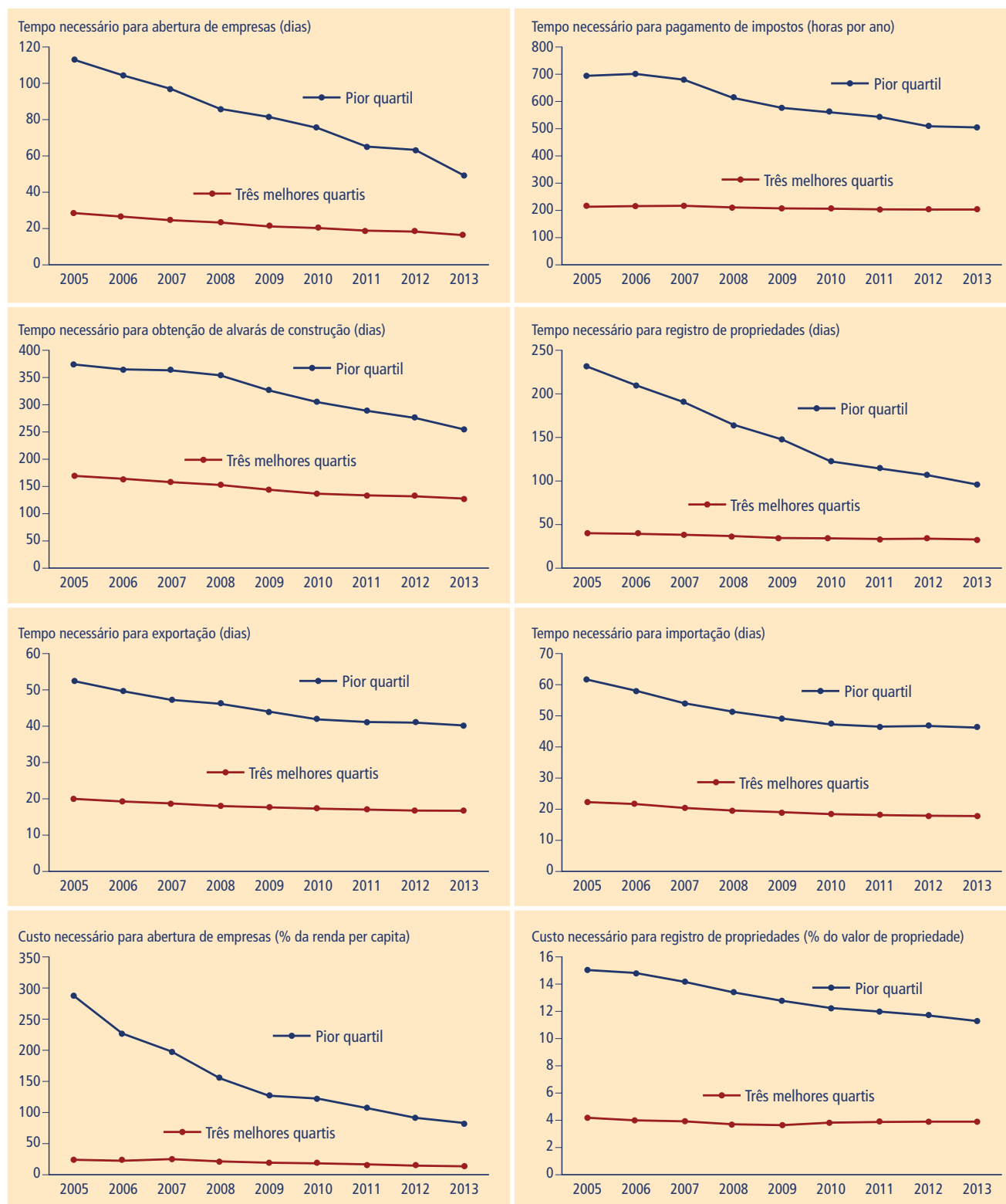
FIGURA 1.11 Maior densidade de empresas nas economias mais próximas da fronteira regulatória



Nota: A correlação entre a distância até a fronteira e a densidade total de empresas é de 0,44. A correlação entre a distância até a fronteira e a densidade de novas empresas é de 0,43. As duas correlações são significativas no nível de 1%. Os dados se referem a sociedades limitadas.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; World Bank Group Entrepreneurship Snapshots, edição 2013.

FIGURA 1.12 Forte convergência entre as economias desde 2005
Médias por quartil



Nota: As economias são classificadas em quartil por desempenho em 2005 no indicador mostrado. Os dados referem-se às 174 economias incluídas no *Doing Business* 2006 (2005). Quinze economias foram incluídas nos anos subsequentes.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

Tendências semelhantes podem ser vistas em outros indicadores que medem a complexidade e o custo dos processos regulatórios. Essas tendências estão totalmente em consonância com o mandato do Grupo Banco Mundial de ajudar a reduzir as diferenças entre as economias de renda alta e média-alta, em estágios relativamente avançados de desenvolvimento, e as economias de renda baixa ou média-baixa, que enfrentam circunstâncias adversas. A aceleração dessa convergência é um ponto fundamental das políticas de desenvolvimento eficazes e as melhorias no desempenho nos indicadores do *Doing Business* pelas economias de todo o mundo são um sinal encorajador.

Uma convergência semelhante pode ser observada quando os dados são agregados por região. Apesar de as economias com alta renda da OCDE continuarem a ter as instituições jurídicas mais fortes e os processos regulatórios menos complexos e dispendiosos em média, a Europa e a Ásia Central têm reduzido o hiato com seu desempenho, mais do que qualquer outra região. De forma geral, isso reflete os esforços por parte das oito economias que ingressaram na União Europeia em 2004, que, em grande parte, continuaram em um caminho de reformas econômicas e institucionais abrangentes e ambiciosas. No período anterior à adesão à União Europeia, o incentivo era atender aos critérios de adesão. Mas depois de 2004, a ênfase mudou para garantir que poderiam competir com seus parceiros de alta renda mais desenvolvidos. Assim, em 2012, por exemplo, a Polônia foi a economia que mais reduziu o hiato com a fronteira regulatória no ano anterior, entre todas as 185 economias classificadas. Isso sugere que a integração econômica na União Europeia na última década tem sido um mecanismo eficaz na promoção de convergência. Na verdade, a Polônia é agora classificada como uma economia de alta renda, uma notável conquista durante duas décadas.

Cada região tem uma economia líder no escopo das melhorias realizadas desde 2005 — quer seja a Polônia para as economias de alta renda da OCDE, a China para o Leste Asiático e Pacífico ou a Colômbia para a América Latina e Caribe. E este ano um pequeno país na África Subsaariana, Ruanda, ultrapassou outro

pequeno país — Geórgia, na região da Europa e Ásia Central — como a economia que mais avançou em direção à fronteira regulatória desde 2005 (Tabela 1.4).

AS REFORMAS DO DOING BUSINESS ACOMPANHAM OUTRAS REFORMAS?

Desde a sua criação em 2003, o *Doing Business* registrou mais de 2.100 reformas regulatórias, facilitando a realização de negócios, cerca de 25% dos quais foram inspirados ou informados pelo relatório e banco de dados associado.⁶ A maioria das economias que efetuam reformas regulatórias, conforme registrado pelo *Doing Business*, o fazem como parte de uma agenda de reformas mais ampla. Os dados mostram que os governos que investiram recursos nas reformas do *Doing Business* na última década também introduziram muitas mudanças políticas em outras áreas importantes.

Uma dessas áreas é governança. Os dados mostram que as melhorias nas áreas avaliadas pelo *Doing Business* têm uma relação positiva com as mudanças na qualidade da regulamentação em geral, um elemento importante da qualidade geral da governança. Isso sugere que as economias com reformas nas áreas acompanhadas pelo *Doing Business* podem estar reformando as regulamentações de forma mais ampla e não apenas as regulamentações das empresas. Existe também uma associação positiva entre as melhorias nos indicadores do *Doing Business* e as melhorias no estado de direito e no controle da corrupção. Esse resultado também é confirmado com o uso de outras fontes de dados. As economias que melhoraram seu desempenho nos indicadores do *Doing Business* também melhoraram seu desempenho em termos de medidas de governança, tais como as medidas publicadas pela ONG Transparência Internacional, ONG *Freedom House* e Banco Mundial, em suas Avaliações das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) (Figura 1.13).⁷

Outra área é saúde e educação. As economias que implementam reformas nas áreas avaliadas pelo *Doing Business* também melhoram as áreas de saúde e educação pelo menos com a mesma

velocidade, em média, que as economias que não focam tais reformas (Figura 1.14). Essa relação é avaliada com o uso dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus subcomponentes nas áreas de saúde e educação.⁸ O resultado sugere que um foco na melhoria da qualidade da estrutura regulatória que sustenta as atividades do setor privado não implica necessariamente uma falta simultânea de atenção às melhorias em saúde e educação. O custo da emenda a uma legislação empresarial ou de transações com garantias, ou da criação de um serviço centralizado para a constituição de empresas é insignificante quando comparado ao custo de construção de um hospital ou universidade. Não existem evidências para sustentar a opinião de que o progresso em uma área de política necessariamente impede o progresso em outras.

Além disso, muitas economias que estão implementando reformas nas áreas avaliadas pelo *Doing Business* estão também implementando medidas para melhorar a qualidade de gênero. Dentre as 42 economias identificadas pelo *Women, Business and the Law* como tendo mudado suas leis e regulamentações no sentido de uma maior igualdade de gênero nos últimos dois anos, 65% também efetuaram reformas em áreas acompanhadas pelo *Doing Business* durante o mesmo período.

O QUE HÁ NO RELATÓRIO DESTES ANO?

O relatório deste ano apresenta pela primeira vez um capítulo à parte, dedicado à pesquisa sobre os efeitos das regulamentações das empresas. Cresce rapidamente o volume de pesquisas empíricas que examinam o impacto das melhorias em muitas das áreas regulatórias acompanhadas pelos indicadores do *Doing Business* e esse capítulo oferece uma síntese útil e encorajadora. O relatório deste ano apresenta também um conjunto ampliado de dados. Esse relatório inclui 189 economias e apresenta pela primeira vez dados da Líbia, Mianmar, San Marino e Sudão do Sul.

Como os relatórios anteriores, o deste ano também inclui estudos de caso.

TABELA 1.4 As 50 economias que mais reduziram a distância até a fronteira desde 2005

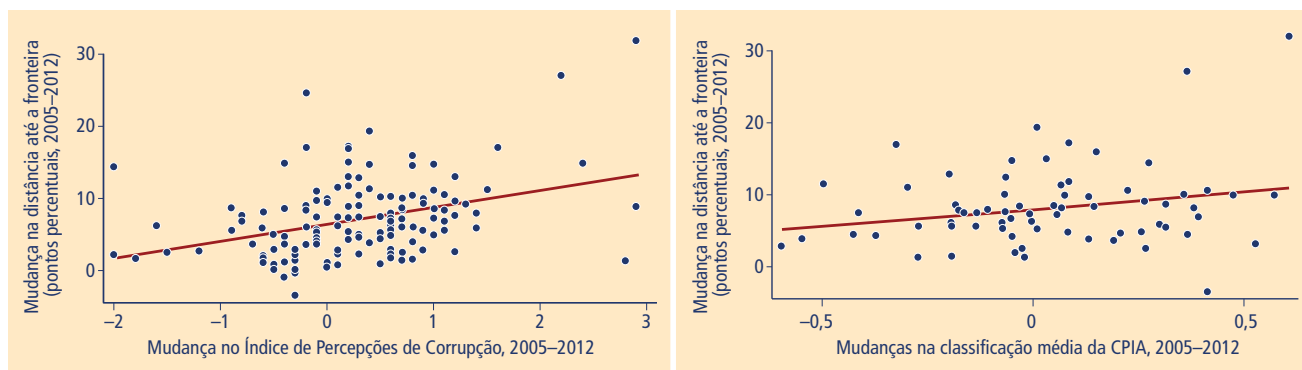
| | Economia | Região | Distância até a fronteira (pontos percentuais) | | | Total de reformas regulatórias ^a |
|----|--------------------------------------|--------|--|------|----------|---|
| | | | 2005 | 2013 | Melhoria | |
| 1 | Ruanda | SSA | 37,4 | 70,5 | 33,1 | 34 |
| 2 | Geórgia | ECA | 48,4 | 80,8 | 32,3 | 36 |
| 3 | Belarus | ECA | 41,1 | 67,1 | 26,0 | 29 |
| 4 | Ucrânia | ECA | 38,2 | 61,3 | 23,1 | 26 |
| 5 | Macedônia, ex-República Iugoslava da | ECA | 54,3 | 74,2 | 19,9 | 31 |
| 6 | Burkina Faso | SSA | 30,6 | 50,0 | 19,4 | 20 |
| 7 | República do Quirguistão | ECA | 44,9 | 63,7 | 18,8 | 14 |
| 8 | Tajiquistão | ECA | 30,8 | 48,4 | 17,6 | 14 |
| 9 | Burundi | SSA | 33,2 | 50,6 | 17,4 | 21 |
| 10 | República Árabe do Egito | MENA | 38,0 | 55,1 | 17,1 | 23 |
| 11 | Mali | SSA | 34,3 | 51,2 | 16,9 | 16 |
| 12 | Serra Leoa | SSA | 37,3 | 54,1 | 16,8 | 20 |
| 13 | China | EAP | 45,0 | 60,9 | 15,9 | 18 |
| 14 | Polônia | OCDE | 57,6 | 73,4 | 15,8 | 22 |
| 15 | Azerbaijão | ECA | 49,0 | 64,6 | 15,6 | 18 |
| 16 | Colômbia | LAC | 55,1 | 70,3 | 15,2 | 27 |
| 17 | Gana | SSA | 52,0 | 67,0 | 15,0 | 12 |
| 18 | Guiné-Bissau | SSA | 32,9 | 47,2 | 14,2 | 7 |
| 19 | Croácia | ECA | 49,1 | 63,2 | 14,0 | 23 |
| 20 | Costa do Marfim | SSA | 36,5 | 50,2 | 13,7 | 14 |
| 21 | Guatemala | LAC | 51,1 | 64,7 | 13,6 | 18 |
| 22 | Cazaquistão | ECA | 48,4 | 61,8 | 13,5 | 20 |
| 23 | Armênia | ECA | 56,2 | 69,7 | 13,5 | 23 |
| 24 | Madagascar | SSA | 41,9 | 54,2 | 12,3 | 19 |
| 25 | Ilhas Maurício | SSA | 61,4 | 73,5 | 12,0 | 23 |
| 26 | Angola | SSA | 32,5 | 44,5 | 12,0 | 9 |
| 27 | Senegal | SSA | 35,7 | 47,6 | 12,0 | 11 |
| 28 | Marrocos | MENA | 52,0 | 63,9 | 11,8 | 18 |
| 29 | Federação Russa | ECA | 49,9 | 61,6 | 11,6 | 22 |
| 30 | Togo | SSA | 36,7 | 48,1 | 11,3 | 9 |
| 31 | República do Iêmen | MENA | 43,9 | 55,1 | 11,2 | 7 |
| 32 | Arábia Saudita | MENA | 60,1 | 71,3 | 11,1 | 19 |
| 33 | Laos, República Democrática Popular | EAP | 37,2 | 48,3 | 11,1 | 12 |
| 34 | República Tcheca | OCDE | 57,6 | 68,7 | 11,1 | 22 |
| 35 | Moldávia | ECA | 54,5 | 65,6 | 11,1 | 21 |
| 36 | Timor-Leste | EAP | 27,9 | 38,8 | 10,9 | 6 |
| 37 | Índia | SAS | 40,7 | 51,3 | 10,6 | 17 |
| 38 | Moçambique | SSA | 45,0 | 55,5 | 10,5 | 12 |
| 39 | Níger | SSA | 31,8 | 42,3 | 10,5 | 11 |
| 40 | Peru | LAC | 60,0 | 70,4 | 10,4 | 19 |
| 41 | São Tomé e Príncipe | SSA | 35,7 | 46,0 | 10,3 | 5 |
| 42 | Costa Rica | LAC | 49,7 | 60,0 | 10,3 | 12 |
| 43 | Malásia | EAP | 71,4 | 81,6 | 10,2 | 17 |
| 44 | Uzbequistão | ECA | 38,2 | 48,3 | 10,0 | 19 |
| 45 | Eslovênia | OCDE | 60,0 | 70,0 | 10,0 | 17 |
| 46 | Lesoto | SSA | 46,0 | 56,0 | 10,0 | 9 |
| 47 | Zâmbia | SSA | 54,8 | 64,8 | 10,0 | 10 |
| 48 | México | LAC | 61,9 | 71,8 | 9,9 | 19 |
| 49 | Camboja | EAP | 40,3 | 50,1 | 9,8 | 8 |
| 50 | Ilhas Salomão | EAP | 51,3 | 61,0 | 9,8 | 5 |

Nota: As classificações baseiam-se na diferença para cada economia entre sua distância até a fronteira em 2005 e em 2013. Os dados referem-se às 174 economias incluídas no *Doing Business* 2006 (2005). Quinze economias foram incluídas nos anos subsequentes. A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2003 ou o primeiro ano em que os dados para o indicador foram coletados. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, onde 100 representa a fronteira. EAP = Leste Asiático e Pacífico; ECA = Europa e a Ásia Central; LAC = América Latina e Caribe; MENA = Oriente Médio e Norte da África; OCDE = Alta renda da OCDE; SAS = Sul da Ásia; SSA = África Subsaariana.

a. Reformas que facilitaram a realização de negócios, conforme registrado pelo *Doing Business* desde 2005

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

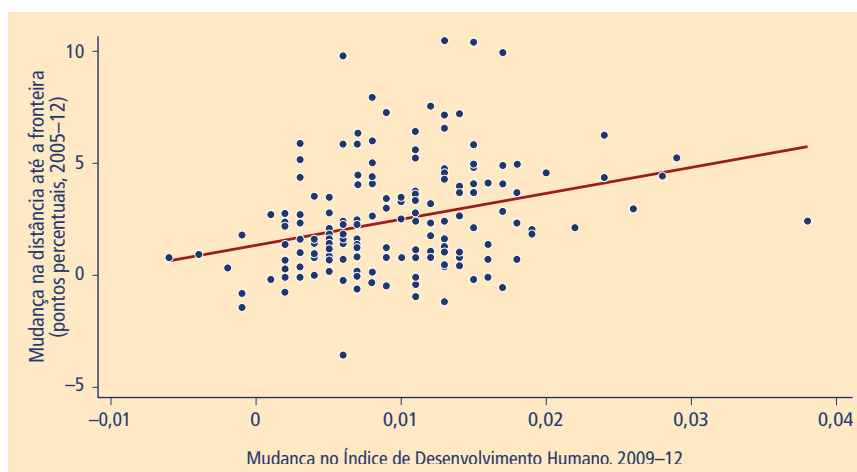
FIGURA 1.13 As melhorias nos indicadores do *Doing Business* têm uma relação positiva com as melhorias nas medidas das instituições e de governança



Nota: Para os anos anteriores a 2009, os dados de distância até a fronteira excluem os indicadores de obtenção de eletricidade, uma vez que os dados para esses indicadores não estão disponíveis. A correlação entre a mudança na distância até a fronteira e a mudança no Índice de Percepções de Corrupção é de 0,36. A correlação entre a mudança na distância até a fronteira e a mudança na classificação média da CPIA é de 0,23. As duas relações são significativas no nível de 5%, após o controle da renda *per capita*. Os dados da CPIA referem-se às 77 economias abordadas em 2005.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; dados da ONG Transparência Internacional; dados do Banco Mundial.

FIGURA 1.14 As economias que tornam mais fácil fazer negócios também estão melhorando o desenvolvimento humano, inclusive em educação e saúde



Nota: A correlação entre a mudança na distância até a fronteira e a mudança no Índice de Desenvolvimento Humano é 0,31. A relação é significativa no nível de 1% após o controle da renda *per capita*.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esses estudos enfocam as boas práticas em seis das áreas medidas pelos conjuntos de indicadores do *Doing Business*, com foco especial em e-governo e serviços governamentais on-line. Os estudos de caso examinam o papel dos requisitos de capital mínimo para a abertura de empresas; inspeções baseadas no risco no caso da obtenção de alvarás de construção; a estrutura de custos na obtenção de eletricidade; sistemas de balcão único no comércio entre fronteiras;

declaração e pagamento de impostos por meio eletrônico; e tribunais on-line para a execução de contratos. Ao escolher estudos de caso e descrever iniciativas de implementar melhores práticas em diferentes partes do mundo, o relatório buscou ilustrar experiências e destacar processos de grande relevância para os governos que levam em conta reformas semelhantes. Há lições obtidas da experiência de outros cujo aprendizado pode ser útil

Os tipos de dados fornecidos pelo *Doing Business* ao longo dos anos vêm mantendo o interesse dos formuladores de política. Um dos motivos é o grande desafio representado pela implementação de políticas econômicas coerentes em uma economia global em rápida transformação e perspectiva econômica incerta. Muitos dos fatores que formam o ambiente no qual as políticas econômicas são formuladas estão fora do controle da maioria dos formuladores de políticas, especialmente aqueles do mundo em desenvolvimento: taxas de juros mundiais, preços internacionais dos produtos básicos, qualidade da gestão macroeconômica nas grandes economias; todos são exemplos que vêm à mente. Mas as normas e regulamentações que os governos decidem por em prática para sustentar as atividades do setor privado são em grande parte domésticas. O fato de as regulamentações serem sensíveis ou excessivamente onerosas, criarem incentivos perversos ou ajudarem a estabelecer condições equitativas, salvaguardarem a transparência e incentivarem a concorrência adequada — tudo isso, em grande parte, se enquadra no controle governamental. Na última década os governos têm compreendido cada vez mais a importância da regulamentação dos negócios como força motriz da competitividade e recorrem ao *Doing Business* como repositório de dados acionáveis que oferecem ideias úteis sobre boas práticas no mundo inteiro (Tabela 1.5).

TABELA 1.5 Boas práticas em todo o mundo, por tópico do *Doing Business*

| Tópicos | Práticas | Economias ^a | Exemplos |
|--|--|--|---|
| Facilitar a abertura de empresas | Publicar os procedimentos on-line | 109 | Azerbaijão; Chile; Costa Rica; RAE de Hong Kong; China; ex-República Iugoslava da Macedônia; Nova Zelândia; Peru; Cingapura |
| | Abolir a exigência de capital mínimo | 99 | Cabo Verde; Grécia; Cazaquistão; Quênia; Kosovo; Lituânia; México; Mongólia; Marrocos; Holanda; Sérvia; Reino Unido; Cisjordânia e Gaza |
| | Ter um serviço centralizado | 96 | Barein; Benin; Burkina-Faso; Burundi; Costa do Marfim; Geórgia; Guatemala; Coreia; Kosovo; Peru; Vietnã |
| Facilitar a obtenção de alvarás de construção | Ter regras de construção abrangentes | 140 | Azerbaijão; Comoros; França; Taiwan; China |
| | Uso de alvarás de construção baseados no risco | 87 | Belize; Estônia; Indonésia; Namíbia |
| | Ter um serviço centralizado | 36 | Burundi; Guatemala; Malásia; Montenegro |
| Facilitar a obtenção de conexões elétricas | Agilizar os processos de aprovação (serviço de utilidade pública obtém alvará de escavação ou servidão de passagem, se necessário) | 107 ^b | Armênia; Áustria; Camboja; China; Kuwait; Malásia; Panamá |
| | Fornecer custos e processos de conexão transparentes | 103 ^c | França; Alemanha; Irlanda; Holanda; Trinidad e Tobago |
| | Reduzir o ônus financeiro de depósitos de garantia para novas conexões | 98 | Argentina; Áustria; Brasil; República do Quirguistão; Letônia; Moçambique; Nepal; Federação Russa |
| | Assegurar a segurança da fiação interna por meio da regulamentação da profissão de electricista, em vez do processo de conexão | 41 | Dinamarca; Alemanha; Islândia; Japão; San Marino |
| Facilitar o registro de propriedades | Usar uma base de dados eletrônica para gravames | 116 | Chile; Dinamarca; Jamaica; República da Coreia; Suécia |
| | Oferecer informações cadastrais on-line | 51 | Colômbia; Finlândia; Malásia; África do Sul; Reino Unido |
| | Oferecer procedimentos agilizados | 18 | Cazaquistão; Mongólia; Nicarágua; Portugal; Romênia |
| | Definir taxas fixas de transferência | 10 | Geórgia; Nova Zelândia; Federação Russa; Ruanda; República da Eslováquia |
| Facilitar a obtenção de crédito | <i>Direitos legais</i> | | |
| | Permitir soluções extrajudiciais | 124 | Austrália; Guatemala; Índia; Peru; Federação Russa; Sérvia; Sri Lanka |
| | Permitir uma descrição geral das garantias | 92 | Camboja; Canadá; Nigéria; Porto Rico (US); Romênia; Ruanda; Cingapura |
| | Manter um registro unificado | 65 | Afeganistão; Bósnia e Herzegovina; Gana; Honduras; Montenegro; Nova Zelândia; Romênia |
| | <i>Informações de crédito</i> | | |
| | Distribuir dados sobre empréstimos inferiores a 1% da renda per capita | 128 | Brasil; Bulgária; Alemanha; Quênia; Malásia; Sri Lanka; Tunísia |
| | Divulgar informações de crédito positivas e negativas | 109 | China; Croácia; Índia; Itália; Jordânia; Panamá; África do Sul |
| Divulgar informações de crédito provenientes de varejistas, credores comerciais ou empresas de serviço público, bem como de instituições financeiras | 57 | Fiji; Lituânia; Nicarágua; Ruanda; Arábia Saudita; Espanha | |
| Proteção de investidores | Permitir a rescisão de transações prejudiciais entre as partes relacionadas | 74 | Brasil; Gana; Islândia; Índia; Maurício; Ruanda |
| | Regulamentar a aprovação de transações entre as partes relacionadas | 62 | Belarus; Bulgária; França; Tailândia; Reino Unido |
| | Exigir a divulgação detalhada de informações | 52 | RAE de Hong Kong, China; Nova Zelândia; Cingapura; Emirados Árabes Unidos; Vietnã |
| | Permitir o acesso a todos os documentos das empresas durante o julgamento | 47 | Chile; Irlanda; Israel; República da Eslováquia; Tanzânia |
| | Exigir a avaliação externa de transações entre as partes relacionadas | 43 | Austrália; República Árabe do Egito; Suécia; Turquia; Zimbábue |
| | Permitir o acesso a todos os documentos das empresas antes do julgamento | 31 | Grécia; Indonésia; Japão; África do Sul; Timor-Leste |
| | Definir claramente os deveres dos diretores | 30 | Colômbia; Kuwait; Malásia; México; Eslovênia; Estados Unidos |

(continua na página seguinte)

TABELA 1.5 Boas práticas em todo o mundo, por tópico do *Doing Business* (continuação)

| Tópicos | Práticas | Economias ^a | Exemplos |
|-------------------------------------|---|------------------------|---|
| Facilitar o pagamento de impostos | Permitir que o contribuinte calcule o próprio imposto | 160 | Argentina; Canadá; China; Ruanda; Sri Lanka; Turquia |
| | Permitir a declaração e o pagamento por meio eletrônico | 76 | Austrália; Colômbia; Índia; Lituânia; Malta; Maurício; Tunísia |
| | Ter um único imposto por base tributária | 55 | ex-República Iugoslava da Macedônia; Namíbia; Paraguai; Reino Unido |
| Facilitar o comércio internacional | Permitir a apresentação e o processamento por meio eletrônico | 151 ^e | Grécia; República Democrática Popular do Laos; África do Sul; Uruguai |
| | Usar inspeções baseadas no risco ^f | 134 | Botsuana; Geórgia; Mauritânia; Estados Unidos |
| | Oferecer um balcão único ^g | 73 ^g | Azerbaijão; Colômbia; México; Moçambique |
| Facilitar a execução de contratos | Manter tribunais, varas ou juízes comerciais especializados | 90 | Canadá; Costa do Marfim; Hungria; Luxemburgo; Maurício; Togo |
| | Permitir a apresentação de queixas por meio eletrônico | 17 | Áustria; Israel; Malásia; Emirados Árabes Unidos; Estados Unidos |
| Facilitar a solução de insolvências | Exigir, nos termos da lei, as devidas qualificações profissionais ou acadêmicas dos administradores em casos de insolvência | 110 | Bahamas; Belarus; Colômbia; Namíbia; Polônia; Reino Unido |
| | Permitir às comissões de credores expressar sua opinião nas decisões sobre processos de insolvência | 109 | Austrália; Bulgária; Filipinas; Estados Unidos; Uzbequistão |
| | Especificar prazos para a maioria dos processos de insolvência | 97 | Albânia; Itália; Japão; República da Coreia; Lesoto; Ucrânia |
| | Oferecer uma base jurídica para soluções extrajudiciais | 84 | Argentina; RAE de Hong Kong, China; Letônia; Filipinas; Romênia |

a. Entre as 189 economias pesquisadas, salvo especificação em contrário.

b. Entre as 154 economias pesquisadas.

c. Com base nos dados do *Doing Business* 2013

d. Rescisão é o direito das partes envolvidas em um contrato para retornar ao status quo anterior a celebração do contrato.

e. Quarenta e quatro contam com um sistema eletrônico completo para o intercâmbio de dados; 107 têm um sistema parcial.

f. Entre as 181 economias pesquisadas.

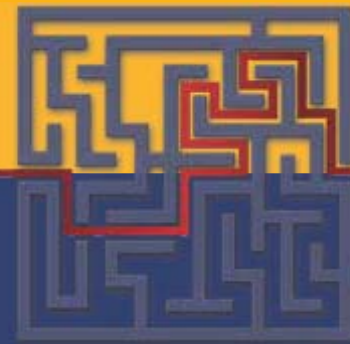
g. Dezoito têm um sistema de balcão único que vincula todos os órgãos públicos pertinentes, 55 têm um sistema parcial.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

ENDNOTES

1. Ver <http://wbi.worldbank.org> para obter mais informações sobre o projeto Women, Business and the Law.
2. As formalidades incluem procedimentos para abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades e execução de contratos; obtenção de documentos no comércio entre fronteiras e pagamento de impostos. A redução é a diferença entre o número total obtido no *Doing Business* 2013 e o número obtido no *Doing Business* 2014, entre todas as economias abordadas pelo *Doing Business*.
3. O número total de empresas registradas excede 3,1 milhões, mas pelo fato de o *Doing Business* focar apenas sociedades de responsabilidade limitada, um subconjunto de empresas foi escolhido aqui.
4. A parcela de economias com uma ou mais reformas regulatórias de qualquer tipo pode não ser a mesma que a soma das parcelas de economias com pelo menos uma reforma para fortalecer as instituições jurídicas e a parcela com pelo menos uma reforma para reduzir a complexidade e o custo de processos regulatórios (ver Figura 1.6), uma vez que as economias podem ter reformas dos dois tipos.
5. Dollar, Kleineberg e Kraay 2013.
6. Essas são as reformas para as quais o *Doing Business* tem conhecimento de que as informações fornecidas por esse relatório foram usadas para criar a agenda das reformas.
7. Uma das 16 perguntas da CPIA utiliza os indicadores do *Doing Business* como placas indicadoras.
8. A correlação entre a mudança na distância até a fronteira e a mudança no componente de saúde do Índice de Desenvolvimento Humano é 0,28. A correlação entre a mudança na distância até a fronteira e a mudança no componente de escolarização do Índice de Desenvolvimento Humano é 0,16. As duas relações são significativas no nível de 1%, após o controle da renda *per capita*.

Sobre o relatório *Doing Business* (fazendo negócios): medindo o impacto



Regulamentações sólidas de negócios são importantes para um setor privado próspero — e um setor privado florescente é importante para o desenvolvimento global. No mundo em desenvolvimento o setor privado é o maior empregador, sendo responsável por cerca de 90% dos empregos.¹ Contar com as regulamentações empresariais certas e instituições correlatas é, portanto, essencial para a saúde da economia.²

Este é o décimo primeiro relatório *Doing Business*. Antes da elaboração do primeiro relatório em 2003 havia poucas medidas de regulamentações empresariais e um número ainda menor era comparável em termos globais. Esforços iniciais nas décadas de 1980 e 1990 basearam-se em dados de percepções. Essas pesquisas especializadas ou de negócios focavam aspectos amplos do ambiente de negócios e frequentemente captavam as experiências das empresas. Essas pesquisas frequentemente carecem de especificidade e comparabilidade entre os países que *Doing Business* proporciona — focando transações, leis e instituições bem definidas e não questões genéricas baseadas em percepções sobre o ambiente de negócios.

O *Doing Business* mede as regulamentações empresariais para firmas locais. O projeto foca pequenas e médias empresas que operam na maior cidade de negócios de uma economia. Baseado em estudos de casos padronizados, apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações aplicáveis a firmas em diferentes etapas do seu ciclo de vida. Os resultados de cada economia podem ser comparados aos de outras 188 economias e no correr do tempo.

Normas *de jure*, tais como as focadas no *Doing Business*, podem ser medidas de

forma padronizada e são diretamente conducentes a reformas das políticas. Mas essas medidas talvez não reflitam as experiências *de facto* das firmas. Dados coletados por meio de pesquisas no nível das firmas podem medir melhor as experiências reais. Portanto, no decorrer dos anos a seleção de indicadores para o *Doing Business* tem sido orientada por dados de pesquisas econômicas e no nível das firmas, especialmente pelas Pesquisas de Empresas realizadas pelo Banco Mundial. Essas pesquisas proporcionam dados que destacam os principais obstáculos à atividade comercial relatados por empresários de mais de 120 economias. Entre os fatores identificados pelas pesquisas como importantes para os negócios destacam-se o acesso ao financiamento e eletricidade — inspirando a formulação dos indicadores do *Doing Business* em obtenção de crédito e eletricidade.

A elaboração dos indicadores do *Doing Business* também tem sido baseada em perspectivas teóricas provenientes de um vasto acervo de publicações sobre pesquisas. Uma inspiração inicial foi um documento de referência para o *World Development Report 2002: Building Institutions for Markets* (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2002: Criando Instituições para os Mercados), do Banco Mundial que criou um índice para medir a eficiência dos sistemas judiciais.³ Esse documento contribuiu para uma nova corrente de publicações sobre pesquisas em direito e economia. Os documentos de referência que desenvolvem a metodologia para cada um dos conjuntos de indicadores do *Doing Business* fazem parte dessa corrente de pesquisas.⁴ Esses documentos estabeleceram a importância das normas e regulamentações que o *Doing Business* mede para tais resultados econômicos como volumes de comércio, investimento direto estrangeiro,

- A escolha de indicadores para o *Doing Business* orienta-se pesquisa econômica e por dados de firmas.
- O *Doing Business* capta várias dimensões importantes do ambiente regulatório à medida que essas se aplicam a empresas locais.
- Na elaboração dos indicadores o *Doing Business* utiliza dois tipos de dados — dados provenientes de um exame das leis e regulamentações e dados que medem a complexidade e o custo de processos regulatórios.
- Os indicadores são desenvolvidos com base em cenários de casos padronizados com premissas específicas. Uma dessas premissas é a localização de um negócio na maior cidade de negócios da economia.
- Objetivo do *Doing Business*: regulamentações planejadas para serem eficientes, acessíveis a todos os usuários e de simples implementação.
- Nos últimos 11 anos, mais de 250.000 profissionais de 189 economias auxiliaram no fornecimento dos dados que informam os indicadores *Doing Business*.

capitalização de mercado em bolsas e crédito privado como percentagem do PIB.

As normas e as regulamentações estão sob o controle direto dos formuladores de políticas — e estes, empenhados em mudar o conjunto de incentivos em cujo âmbito os negócios operam, com frequência iniciam a mudança pelas normas e regulamentações que têm impacto sobre o comportamento de uma firma. O *Doing Business* vai além da identificação de um problema existente na estrutura regulatória e assinala regulamentações específicas ou procedimentos normativos que se possam prestar à reforma regulamentar. E suas medidas quantitativas da regulamentação de negócios permitem a pesquisa sobre o modo como determinadas regulamentações afetam o comportamento das empresas e os resultados econômicos.

O primeiro relatório *Doing Business* incluiu cinco tópicos e 133 economias. O relatório deste ano abrange 11 tópicos e 189 economias. Dez tópicos são incluídos na classificação agregada sobre a facilidade de se fazer negócios e no cálculo da distância até a medida de fronteira.⁵ A metodologia do *Doing Business* possibilita a atualização dos indicadores de forma relativamente pouco dispendiosa e replicável.

O projeto beneficiou-se do *feedback* de governos, acadêmicos, profissionais e revisores independentes — mais recentemente um painel independente nomeado pelo Presidente do Grupo Banco Mundial. As recomendações do painel chegaram demasiadamente tarde para a introdução de mudanças significativas no relatório deste ano, mas o projeto examinará opções de melhoria nas próximas edições. Neste sentido, a supervisão operacional do projeto passará para a Vice-Presidência de Economia do Desenvolvimento do Grupo Banco Mundial, a fim de fortalecer as sinergias entre o *Doing Business* e os relatórios importantes. Permanece a meta inicial: fornecer uma base objetiva para compreender e melhorar o ambiente regulamentar para os negócios.

O QUE O DOING BUSINESS ABRANGE

O *Doing Business* capta várias dimensões importantes do ambiente regulatório à

medida que essas se aplicam a empresas locais. Proporciona medidas quantitativas das regulamentações para abertura de empresa, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos e solução de insolvências. O *Doing Business* também examina regulamentações relacionadas com o emprego de trabalhadores.

O relatório deste ano não apresenta classificações de economias acerca dos indicadores de emprego de trabalhadores nem inclui este tema na classificação agregada da facilidade de se fazer negócios. Apresenta os dados sobre indicadores do emprego de trabalhadores. Dados adicionais sobre regulamentações trabalhistas coletados em 189 economias estão disponíveis no website do *Doing Business*.⁶

Ênfase em regulamentações inteligentes

O *Doing Business* não tem como objetivo eliminar o Estado do desenvolvimento do setor privado. Pelo contrário, o *Doing Business* reconhece que o Estado em um papel fundamental no desenvolvimento do setor privado. Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade econômica requer boas regras. Isso inclui regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade, reduzam os custos da solução de controvérsias, aumentem a previsibilidade das interações econômicas e forneçam parceiros contratuais com proteções básicas contra abuso. Nosso objetivo é dispor de regulamentações planejadas para serem eficientes, acessíveis a todos os usuários e de simples implementação.

Assim sendo, alguns indicadores do *Doing Business* atribuem uma classificação mais elevada a uma regulamentação melhor e mais desenvolvida, como fazem os indicadores de proteção de investidores no caso de requisitos mais rigorosos para a divulgação das transações de partes correlatas. Outros indicadores, como os que tratam de alvarás de construção, atribuem automaticamente a pontuação mais baixa a economias que não dispõem de regulamentações na área medida ou que não aplicam suas regulamentações

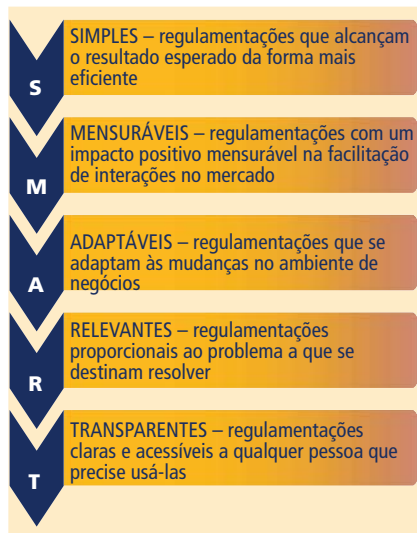
(consideradas economias “sem prática”), punindo-as pela ausência da devida regulamentação. Outras atribuem uma pontuação mais alta para a forma simplificada de aplicar regulamentações com custos de cumprimento mais baixos para as firmas — como fazem, por exemplo, os indicadores de abertura de empresas, se as firmas puderem cumprir as formalidades de abertura de negócios em um serviço centralizado ou por meio de um único portal de apresentação de solicitações. E finalmente alguns indicadores reconhecem economias que aplicam à regulamentação um enfoque baseado no risco como forma de abordar as preocupações sociais e ambientais — por exemplo, impondo maior ônus regulamentar sobre as atividades que representam um alto risco para a população e menos ônus sobre as atividades de baixo risco.

Entre as 30 economias de classificação mais alta na facilidade de fazer negócios, um número considerável — Canadá, Dinamarca, Alemanha, Japão, República da Coreia, Nova Zelândia, Noruega e Suécia — vem de uma tradição de governo com uma presença proeminente na economia, inclusive por meio do estabelecendo de normas para regulamentar diferentes aspectos da atividade do setor privado. No entanto, todas estas economias têm bom desempenho não somente nos indicadores do *Doing Business* mas também em outros conjuntos de dados internacionais que captam as dimensões da competitividade. Portanto, as economias com bom desempenho nas classificações do *Doing Business* não são as economias onde não há regulamentações, mas as economias cujos governos têm conseguido criar normas que facilitam interações no mercado sem criar obstáculos desnecessários para o desenvolvimento do setor privado. Em última análise o *Doing Business* gira em torno de regulamentações inteligentes que podem ser proporcionadas somente por um Estado que funcione bem (Figura 2.1).

Dois tipos de dados

Na construção dos indicadores o projeto *Doing Business* utiliza dois tipos de dados. O primeiro provém da leitura das leis e regulamentações de cada economia. A equipe do *Doing Business*, em colaboração com peritos locais entrevistados, examina a lei societária para encontrar, por

FIGURA 2.1 Como o *Doing Business* define as regulamentações de negócios inteligentes (SMART)?



Nota: Elaborada pelo *Doing Business*, esta definição de regulamentações de negócios inteligentes (SMART) orienta a medição das regulamentações

exemplo, os requisitos de divulgação de transações entre as partes relacionadas. Lê o direito civil para encontrar o número de procedimentos necessários para solucionar um litígio sobre venda comercial por meio dos tribunais locais. Examina a legislação trabalhista para encontrar dados sobre uma série de questões sobre as relações entre empregador e empregado. E mede outros instrumentos legais em busca de outras peças-chave de dados usados nos indicadores, vários dos quais têm uma grande dimensão jurídica. De fato, cerca de 75% dos dados usados no *Doing Business* são deste tipo e são facilmente verificáveis em comparação com a lei. Os peritos locais entrevistados desempenham um papel vital em corroborar a compreensão e interpretação da equipe do *Doing Business* a respeito das regulamentações e leis.

Os dados do segundo tipo servem como insumos para os indicadores sobre a complexidade e o custo dos processos regulatórios. Esses indicadores medem a eficiência para alcançar uma meta normativa, tais como o número de procedimentos para obter um alvará de construção ou o tempo necessário para uma empresa receber identidade jurídica. Neste grupo os

indicadores das estimativas de custo são registrados com base em uma tabela de taxas oficiais, conforme aplicável. As estimativas de tempo frequentemente envolvem um elemento de juízo por parte dos entrevistados que normalmente administram as regulamentações relevantes ou realizam as transações importantes.⁷ Para construir os indicadores de tempo, um processo regulatório como, por exemplo, abrir uma empresa, é dividido em etapas e procedimentos claramente definidos (para obter informações mais detalhadas favor consultar a discussão sobre metodologia neste capítulo). Ao elaborar o indicador de abertura de empresas o *Doing Business* baseia-se no trabalho pioneiro de Hernando de Soto ao aplicar a abordagem de tempos e movimentos da década de 1980 para mostrar os obstáculos encontrados na criação de uma fábrica de roupa nos arredores de Lima.⁸

Ao desenvolver dados deste segundo tipo, a equipe do *Doing Business* realiza várias rodadas de interação com os peritos entrevistados — por meio de teleconferências, correspondência escrita e visitas da equipe — até haver convergência na resposta final. Para dados deste tipo, devido ao fato de se basearem na lei, há menos necessidade de convergência e, no caso de uma amostragem maior de peritos, para assegurar a exatidão.

QUE O *DOING BUSINESS* NÃO ABRANGE

Os dados do *Doing Business* têm limitações-chave a serem levadas em conta por aqueles que os utilizam.

Limitados em escopo.

Os indicadores do *Doing Business* são limitados em escopo. Especificamente:

- O *Doing Business* não mede o pleno alcance dos fatores, políticas e instituições que afetam a qualidade do ambiente de negócios em uma economia ou sua competitividade nacional. Não capta, por exemplo, aspectos da segurança, predominância de suborno e corrupção, tamanho do mercado, estabilidade macroeconômica (inclusive se o governo administra suas finanças de forma sustentável),

situação do mercado de propriedades de aluguel ou revenda ou nível de treinamento e aptidões da força de trabalho.

- Mesmo em um conjunto relativamente pequeno de indicadores incluídos no *Doing Business*, o enfoque é deliberadamente restrito. Os indicadores de obtenção de eletricidade, por exemplo, captam os procedimentos, tempo e custo necessários para um negócio conseguir uma ligação elétrica permanente para suprir um depósito padronizado, mas não medem a confiabilidade do próprio suprimento de eletricidade. Portanto, por meio desses indicadores o *Doing Business* proporciona uma perspectiva estreita do alcance de desafios à infraestrutura que enfrentam as empresas, especialmente no mundo em desenvolvimento. Não aborda o grau em que rodovias, ferrovias, portos e comunicações inadequados podem aumentar os custos para as firmas e prejudicar a competitividade (exceto no grau em que a qualidade dos portos e estradas for medida por indicadores do comércio através de fronteiras). O *Doing Business* abrange 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa por meio de 11 conjuntos específicos de indicadores (Tabela 2.1). Semelhantes aos indicadores sobre obtenção de eletricidade, os indicadores sobre a abertura de uma empresa ou proteção dos investidores não abrangem todos os aspectos da legislação comercial. E os indicadores sobre o emprego de trabalhadores não abrangem todas as áreas de regulamentações trabalhistas. Por exemplo, não medem as regulamentações que tratam de questões de saúde e segurança no trabalho ou do direito à negociação coletiva.
- O *Doing Business* não tenta medir todos os custos e benefícios de uma determinada lei ou regulamentação para a sociedade como um todo. Por exemplo, os indicadores de pagamento de impostos medem a carga tributária total, a qual isoladamente representa um custo para o negócio. Os indicadores não medem nem tencionam medir os benefícios dos programas sociais e econômicos financiados por meio de receitas tributárias. Medir as leis e regulamentações de negócios proporciona um insumo no debate

TABELA 2.1 *Doing Business*— comparação de 11 áreas de regulamentação de negócios

| Complexidade e custo do processo regulatório | |
|--|--|
| Abertura de empresas | Procedimentos, tempo, custo e exigência de capital mínimo |
| Obtenção de alvarás de construção | Procedimentos, tempo e custo |
| Obtenção de eletricidade | Procedimentos, tempo e custo |
| Registro de propriedades | Procedimentos, tempo e custo |
| Pagamento de impostos | Pagamentos, tempo e carga tributária total |
| Comércio entre fronteiras | Documentos, tempo e custo |
| Solidez das instituições jurídicas | |
| Obtenção de crédito | Leis sobre garantias mobiliárias e sistemas de informação de crédito |
| Proteção de investidores | Divulgação e responsabilidade em transações entre as partes relacionadas |
| Cumprir contratos | Procedimentos, tempo e custo para solucionar uma controvérsia comercial |
| Resolução de insolvências | Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação |
| Emprego de trabalhadores ^a | Flexibilidade na regulamentação de contratação |

^a Os indicadores de emprego de trabalhadores não estão incluídos na classificação deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios nem no cálculo de quaisquer dados sobre a solidez das instituições jurídicas incluídas nas figuras do relatório.

sobre o ônus regulatório associado a alcançar objetivos regulatórios. Esses objetivos podem variar entre os países. O *Doing Business* oferece um ponto de partida para esta discussão.

Limitado a cenários de casos padronizados

Uma consideração importante para os indicadores do *Doing Business* é o fato de terem de assegurar comparabilidade dos dados em um conjunto global de economias. Portanto, os indicadores são desenvolvidos com base em cenários de casos padronizados com premissas específicas. Uma dessas suposições é a localização de um negócio imaginário — tema de um estudo de caso do *Doing Business* — na maior cidade de negócios da economia. A realidade é que as regulamentações empresariais e a sua execução frequentemente variam em cada país, especialmente nos estados da federação e nas grandes economias. No entanto, coletar dados referentes a todas as jurisdições relevantes em cada uma das 189 economias incluídas no *Doing Business* seria demasiadamente dispendioso.

Doing Business reconhece as limitações dos cenários e premissas de casos padronizados. No entanto, embora tais premissas sejam às custas da generalidade,

também ajudam a assegurar a comparabilidade de dados. Por essa razão é comum ver premissas restritivas desse tipo nos indicadores econômicos. Por exemplo, estatísticas sobre inflação frequentemente baseiam-se em um conjunto de bens de consumo em algumas áreas urbanas, uma vez que coletar dados sobre preços representativos em âmbito nacional com grande frequência pode ter um preço proibitivo em muitos países. Para captar uma variação nacional no ambiente de negócios nas economias, o *Doing Business* complementou seus indicadores globais com estudos subnacionais em algumas economias nas quais os recursos e interesses vêm em conjunto (Box 2.1).

Como certos tópicos do *Doing Business* incluem áreas complexas, é importante que os casos padronizados sejam cuidadosamente definidos. Por exemplo, o cenário de caso padronizado geralmente envolve uma empresa de responsabilidade limitada ou o seu equivalente jurídico. São duas as considerações a serem levadas em conta na definição dessa premissas. Primeiro, as empresas privadas de responsabilidade limitada são empiricamente a forma mais predominante de negócios para firmas com mais de um proprietário em muitas economias no mundo inteiro. Segundo, essa escolha reflete o enfoque do *Doing*

Business na expansão de oportunidades para o empreendedorismo: os investidores são incentivados a se aventurarem no negócio quando as perdas potenciais são limitadas à sua participação no capital.

Limitado ao setor formal

Os indicadores do *Doing Business* partem do pressuposto que os empresários conhecem e cumprem as normas aplicáveis. Na prática, os empresários talvez não saibam o que é preciso fazer ou como cumprir as normas e podem perder tempo considerável tentando entender. Ou é possível que eles deliberadamente deixem de cumprir as normas — não se inscrevendo na seguridade social, por exemplo. Quando a regulamentação é especialmente onerosa, os níveis de informalidade tendem a ser mais altos.⁹ Em comparação com suas contrapartes no setor privado, as empresas do setor informal de modo geral crescem mais lentamente, têm menos acesso a crédito e empregam menos trabalhadores — e seus trabalhadores não recebem as proteções das leis trabalhistas.¹⁰ As empresas do setor informal também têm menos probabilidade de pagar impostos.

O *Doing Business* avalia um conjunto de fatores que ajuda a explicar ocorrência da informalidade e fornece aos formuladores de políticas ideias sobre as possíveis áreas de reforma. Para compreender totalmente o ambiente de negócios e ter uma perspectiva mais ampla dos desafios políticos, é necessário combinar sugestões do *Doing Business* com dados de outras fontes, tais como a *World Bank Enterprise Survey*.¹¹

POR QUE ESTE ENFOQUE?

Por que o *Doing Business* enfoca o ambiente normativo de pequenas e médias empresas? Essas empresas são importantes impulsores da concorrência, crescimento e geração de empregos, particularmente nas economias em desenvolvimento. Mas, nessas economias, até 65% da produção ocorre no setor informal, geralmente devido ao excesso de burocracia e de regulamentação — e as empresas do setor informal não têm acesso às oportunidades e proteções que a lei oferece. Mesmo as empresas que operam no

BOX 2.1 Comparação de regulamentações no nível local: *Doing Business* Subnacional

O *Doing Business Subnacional* expande a análise do *Doing Business* além da maior cidade de negócios de uma economia. Capta as diferenças nas regulamentações ou na implementação de leis nacionais entre os locais de uma economia (como na Índia) ou região (como no Sudeste da Europa). Os projetos são empreendidos a pedido dos governos.

O *Doing Business Subnacional* produz desagregados sobre regulamentações empresariais nos locais em que a informação é inexistente ou onde os resultados dos dados nacionais são insuficientes para avaliar plenamente o ambiente normativo. Porém se trata mais do que um exercício de coleta de dados. O *Doing Business Subnacional* demonstrou ser um motivador forte para a reforma normativa:

- O *Doing Business Subnacional* envolve múltiplas interações com parceiros governamentais nos níveis nacional, regional e municipal, resultando em parceria local e geração de capacidades.
- Os dados produzidos são comparáveis nos locais dentro da economia e internacionalmente, permitindo aos locais referenciar seus resultados tanto local como globalmente. As comparações de locais em uma mesma economia e que, portanto, compartilham a mesma estrutura jurídica e normativa podem se reveladoras: para as autoridades locais é não é fácil explicar por que fazer negócios é mais difícil em sua jurisdição do que em uma jurisdição vizinha.
- Assinalar boas práticas existentes em certos locais mas não em outros em uma economia ajuda os formuladores de políticas a reconhecer o potencial para conseguir um desempenho normativo muito melhor do que o sugerido pela classificação captada no relatório *Doing Business*. Isso pode provocar discussões sobre reforma normativa em diferentes níveis do governo, oferecendo oportunidades para os governos e órgãos locais aprenderem uns dos outros.
- Os indicadores do *Subnational Doing Business* são acionáveis porque a maioria das áreas medidas se enquadra no mandato do governo. Além disso, o relatório proporciona recomendações de políticas e exemplos de boas práticas de fácil duplicação em virtude de tradições e instituições jurídicas compartilhadas.

Desde 2005 os relatórios subnacionais abrangeram 355 cidades em 55 economias, incluindo o Brasil, China, Índia, Quênia, Marrocos, Paquistão e Filipinas.^a Neste ano foram concluídos estudos subnacionais na Colômbia e Itália e um relatório sobre um conjunto de dados foi produzido para Hargeisa (Somalilândia). Estão em andamento estudos em 15 cidades e três portos na República Árabe do Egito, em 31 estados e Distrito Federal no México e em 36 estados e Território da Capital Federal da Nigéria. Além disso, neste ano foram publicados dois relatórios regionais:

- *Doing Business in the g7+ (Doing Business no G7+)* que compara regulamentações empresariais nas economias do Grupo G-7+ — Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Comoros, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Libéria, Papua Nova Guiné, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Sudão do Sul, Timor-Leste e Togo.^b O Grupo G7+ é um mecanismo global de propriedade e direção dos países estabelecido em abril de 2010 para monitorar e reportar os desafios singulares que enfrentam os Estados frágeis e concentrar a atenção sobre eles.
- O *Doing Business na Comunidade da África Oriental*, que inclui Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

a. Os relatórios subnacionais estão disponíveis no website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org/subnational>.

b. O *Doing Business* não coleta dados sobre a Somália, também membro do Grupo G-7+.

setor formal podem não ter acesso igual a essas oportunidades e proteções.

Quando os regulamentos são onerosos e a concorrência é limitada, o sucesso tende a depender mais das pessoas que se conhece. Mas quando as normas são transparentes, eficientes e implementadas de forma simples, torna-se mais fácil para os aspirantes a empresários concorrerem, inovarem e crescerem. Neste sentido, o *Doing Business* valoriza boas normas como a chave para a inclusão social. Habilitar o crescimento — e assegurar que todas as pessoas, independentemente de nível de renda, possam participar

dos seus benefícios — exige um ambiente no qual as pessoas que começam a ingressar no mercado de trabalho com energia e boas ideias possam começar nos negócios e no qual boas empresas possam investir e crescer, gerando, assim, mais empregos.

O *Doing Business* funciona como um barômetro do ambiente normativo para as empresas nacionais. Para usar uma analogia médica, o *Doing Business* é semelhante a um exame de colesterol. Um exame de colesterol não informa tudo sobre nossa saúde. Mas é mais fácil medir o nosso nível de colesterol do que nossa saúde

geral e o exame nos fornece informações importantes, alertando-nos quando precisamos ajustar nosso comportamento. Da mesma forma, o *Doing Business* não nos diz tudo que precisamos saber sobre o ambiente normativo para as empresas nacionais. Mas seus indicadores abordam aspectos que são mais fáceis de medir do que todo o ambiente normativo e esses indicadores fornecem informações importantes sobre onde é necessário mudar.

Uma forma de testar se o *Doing Business* serve como indicador do ambiente de negócios mais amplo e da competitividade é observar as correlações entre as

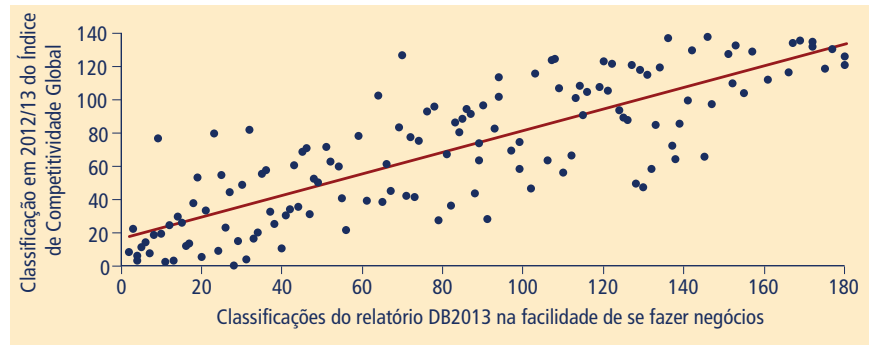
classificações do *Doing Business* e outros importantes referenciais econômicos. O conjunto de indicadores mais próximo do *Doing Business* no tocante ao que ele mede é o conjunto de indicadores sobre a regulamentação do mercado de produtos, compilado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses indicadores destinam-se a ajudar a avaliar até que ponto o ambiente normativo promove ou inibe a competição. Incluem medidas da extensão dos controles de preços, o sistema de licenciamento e alvarás, o grau de simplificação das regras e procedimentos, os ônus administrativos e as barreiras legais e normativas, a predominância de procedimentos discriminatórios e o grau de controle do governo sobre as empresas comerciais.¹² Esses indicadores — para os 39 países abrangidos, vários deles grandes mercados emergentes — estão relacionados às classificações do *Doing Business* (a correlação é de 0,49).

Existe uma forte correlação (0,84) entre as classificações do *Doing Business* e as do Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, uma ferramenta bem mais abrangente que capta fatores como a estabilidade macroeconômica, aspectos do capital humano, a solidez das instituições públicas e a complexidade da comunidade empresarial (Figura 2.2).¹³ Para vários desses fatores o Índice de Competitividade Global utiliza dados coletados por outras organizações. Para outros utiliza dados primários, coletados por meio de pesquisas das percepções da comunidade empresarial a respeito do ambiente de negócios.¹⁴ As experiências autorrelatadas com regulamentações comerciais, tais como as captadas pelo Índice de Competitividade Global, geralmente variam muito mais dentro das próprias economias (por intermédio de entrevistados da mesma economia) do que entre as economias, sugerindo que firmas diferentes experimentam o mesmo ambiente normativo de formas diferentes.¹⁵

DOING BUSINESS COMO EXERCÍCIO DE COMPARAÇÃO

Ao captar dimensões importantes dos regimes regulatórios, o *Doing Business*

FIGURA 2.2 Existe correlação forte entre as classificações do *Doing Business* e as classificações do Fórum Econômico Mundial sobre competitividade global



Nota: As relações são significativas no nível de 5% após controlar pela renda per capita.

proporciona uma grande oportunidade para análise comparativa. Esse exercício referencial é necessariamente incompleto, da mesma forma como os dados do *Doing Business* têm escopo limitado. É útil quando auxilia o julgamento, mas não quando suplanta o julgamento.

Desde 2006, o *Doing Business* procurou fornecer duas perspectivas sobre os dados que coleta: apresenta indicadores “absolutos” de cada economia para 10 dos 11 tópicos regulamentares tratados e proporciona classificações de economias para 10 tópicos, por tópico e também em conjunto. É preciso discernimento na interpretação dessas medidas para qualquer economia e na determinação de um caminho economicamente sensível e politicamente viável para uma reforma normativa.

A revisão isolada das classificações do *Doing Business* pode mostrar resultados imprevistos. Algumas economias podem ter uma classificação inesperadamente alta em alguns tópicos. E algumas economias que tiveram crescimento rápido ou atraíram muitos investimentos podem apresentar uma classificação mais baixa do que outros que parecem ser menos dinâmicos. À medida que as economias se desenvolvem, elas podem acrescentar ou melhorar as regulamentações que protegem os investidores e os direitos das propriedades. Muitas também tendem a otimizar as regulamentações existentes e suprimir as desatualizadas. Uma conclusão do *Doing Business* é que as economias dinâmicas e em crescimento reformam e atualizam continuamente

suas regulamentações comerciais e a implementação dessas regulamentações, enquanto muitas economias pobres ainda trabalham com sistemas normativos criados nos finais da década de 1800.

Para os governos voltados para reformas, a melhoria do ambiente regulatório para os empreendedores locais em termos absolutos é muito mais importante do que a classificação relativa da sua economia quanto a outras economias. Para ajudar a avaliar o nível absoluto do desempenho regulatório e a sua melhoria ao longo do tempo, o relatório deste ano apresenta mais uma vez a medida de distância para a fronteira. Essa medida mostra a distância de cada economia até a “fronteira”, que representa o melhor desempenho observado em cada um dos indicadores em todas as economias incluídas no *Doing Business* desde 2003.

A qualquer momento, a medida de distância para a fronteira mostra o quanto uma economia está distante do melhor desempenho. A comparação da pontuação de uma economia em dois momentos distintos permite que os usuários avaliem a mudança absoluta do ambiente regulatório da economia ao longo do tempo conforme medida pelo *Doing Business*, em vez de simplesmente avaliar a mudança do desempenho da economia em relação às outras. Dessa forma, a medida da distância para a fronteira complementa as classificações anuais sobre a facilidade de se fazer negócios, comparando economias entre si em um determinado ponto no tempo.

O *Doing Business* utiliza uma abordagem simples de cálculo da média para ponderar os indicadores dos componentes e calcular as classificações e a distância para a medida de fronteira. Outras abordagens foram exploradas, inclusive o uso dos componentes principais e componentes não observados.¹⁶ Eles acabam por fornecer resultados quase idênticos àqueles do cálculo da média simples. Na ausência de uma estrutura teórica robusta que atribua pesos diferentes aos tópicos abordados pelo *Doing Business* para as 189 economias, é utilizado o método mais simples: atribuir o mesmo peso a todos os tópicos e, dentro de cada tópico, atribuir o mesmo peso a todos os componentes de tópico.¹⁷

Cada tópico coberto pelo *Doing Business* está relacionado a um aspecto diferente do ambiente regulatório de negócios. As classificações de cada economia variam, frequentemente de forma substancial, entre os tópicos indicando um desempenho sólido de uma economia em um área de regulamentação pode coexistir com desempenho fraco em outra. Uma maneira rápida de avaliar a variabilidade do desempenho regulatório de uma economia em diferentes áreas é examinar as classificações dos tópicos (ver tabelas dos países). A Guatemala, por exemplo, obteve 79 na classificação global de facilidade para fazer negócios. Sua classificação é 13 na facilidade de obter crédito, 23 na facilidade de registrar propriedade e 34 na facilidade de obter eletricidade. Ao mesmo tempo, tem classificação 116 na facilidade de pagar impostos, 145 na facilidade de abertura de uma empresa e 157 na robustez da proteções de investidores (ver Figura 1.3 na visão geral).

COMO OS GOVERNOS USAM O *DOING BUSINESS*

O *Doing Business* oferece aos formuladores de políticas uma ferramenta útil de análise comparativa para incentivar o debate sobre políticas, tanto por meio da exposição de possíveis desafios, quanto por meio da identificação de boas práticas e lições aprendidas. Apesar do enfoque restrito dos indicadores, o debate inicial em uma economia sobre os resultados que destacam geralmente se transforma em uma discussão mais profunda acerca de sua importância para a

economia e sobre as áreas onde a reforma regulatória de empresas é necessária, inclusive áreas muito além daquelas medidas pelo *Doing Business*.

Parte de um enfoque amplo na reforma de políticas

Muitos dos indicadores do *Doing Business* podem ser considerados “acionáveis.” Por exemplo, os governos têm controle direto sobre o requisito de capital mínimo para novas empresas. Podem investir nos registros de empresas e propriedades para aumentar a eficiência desses órgãos públicos. Podem melhorar a eficiência da administração tributária mediante a adoção das últimas tecnologias para facilitar a preparação, envio e pagamento de impostos por parte da comunidade empresarial. E podem empreender reformas dos tribunais para reduzir a demora no cumprimento dos contratos. No entanto, alguns indicadores do *Doing Business* captam procedimentos, prazos e custos que envolvem participantes do setor privado, tais como advogados, tabeliães, arquitetos, eletricitas e despachantes aduaneiros. Os governos podem ter pouca influência no curto prazo sobre as taxas cobradas por esses profissionais, embora muito se possa conseguir reforçando os regimes de licenciamento profissional e prevenindo comportamento anticompetitivo. E os governos não têm controle sobre a localização geográfica de sua economia, fator que pode afetar negativamente os negócios.

Embora os indicadores do *Doing Business* seja acionáveis, isso não significa necessariamente que todos sejam “meritórios” em um contexto específico. As reformas regulatórias de empresas são um elemento de uma estratégia destinada a melhorar a competitividade e estabelecer um sólido alicerce para o crescimento econômico sustentável. Há muitas outras metas importantes a visar — tais como gestão eficaz das finanças públicas, atenção adequada à educação e treinamento, adoção da últimas tecnologias para impulsionar a produtividade e a qualidade dos serviços públicos, bem como consideração adequada à qualidade do ar e da água para salvaguardar a saúde pública. Os governos precisam decidir que conjunto de prioridades melhor atendem às necessidades que enfrentam. Afirmar

que os governos devem empenhar-se em adotar um conjunto sensato de normas para a atividade do setor privado (segundo integradas, por exemplo, nos indicadores do *Doing Business*) não sugere que isso deva ser feito às custas de outras metas meritórias de políticas.

Não há evidências de que as reformas do *Doing Business* excluam reformas em outras áreas, tais como política fiscal, saúde ou educação. De fato, reconhecem cada vez mais que melhorar a competitividade e criar um clima melhor para a atividade do setor privado requer ações em uma frente ampla, abordando fatores e políticas que vão muito além das captadas nos indicadores do *Doing Business*.

Após vários anos de relacionamento com autoridades em um número elevado de economias a equipe do *Business* nunca encontrou um caso em que constrangimento limitativo de, digamos assim, melhorias na administração tributária ou na execução de contratos tenha sido o ritmo febril de reformas em outras áreas de políticas. Cada vez mais o oposto parece ocorrer: os governos reconhecem as sinergias de reformas multifacetadas em uma ampla série de áreas. Além disso, como as áreas medidas pelos indicadores do *Doing Business* abrangem muitos órgãos governamentais — incluindo tipicamente os Ministérios da Justiça, Comércio, Indústria, Finanças e Energia, para mencionar apenas alguns — o ônus administrativo das reformas normativas é compartilhado de forma mais equitativa.

Outro fator também tem ajudado a manter o interesse dos formuladores de políticas nos dados do *Doing Business*. Implementar políticas econômicas coerentes em uma economia global em rápida transformação e em uma perspectiva econômica incerta é um grande desafio. Muitos dos fatores que determinam o ambiente de formulação das políticas econômicas estão bem fora do controle da maioria dos formuladores de políticas, especialmente no mundo em desenvolvimento. Mas as normas e regulamentações que os governos decidem pôr em prática para sustentar as atividades do setor privado são em grande parte domésticas. O fato de essas regulamentações serem sensíveis ou excessivamente onerosas, criarem incentivos perversos

ou ajudarem a estabelecer um campo de jogo nivelado, salvaguardarem a transparência e incentivarem a concorrência — tudo isso, em grande parte, se enquadra no controle governamental.

Ideias sobre boas práticas

À medida que na última década os governos tenham compreendido cada vez mais a importância da regulamentação de negócios como força motriz da competitividade, procuram o *Doing Business* como repositório de dados acionáveis e objetivos que oferecem ideias singulares sobre boas práticas no mundo inteiro. Os governos voltados para a reforma que procuram histórias de sucesso na regulamentação de empresas consultam o *Doing Business* (Box 2.2). A Arábia Saudita, por exemplo, usou a lei de sociedades anônimas da França como modelo para revisar sua própria legislação. Muitos governos africanos espelham-se nas Ilhas Maurício — o país com o desempenho mais forte nos indicadores do *Doing Business* — como fonte de boas práticas para inspirar as reformas normativas do próprio país. Os governos compartilhavam conhecimentos sobre normas comerciais antes do início do projeto *Doing Business*. Mas o *Doing Business* tornou essa troca mais fácil criando uma linguagem comum que compara as normas comerciais de todo o mundo.

Na última década os governos de todo o mundo vêm melhorando ativamente o ambiente normativo das empresas nacionais. A maioria das reformas relacionadas aos tópicos do *Doing Business* foi incluída em programas de reforma mais amplos voltados para aumentar a competitividade econômica, como na Colômbia, Quênia, Libéria e Federação Russa. Ao estruturar programas de reforma para o ambiente de negócios, os governos usam várias fontes de dados e indicadores. Isso reconhece a realidade de que os dados do *Doing Business* por si só oferecem um roteiro incompleto para as reformas bem-sucedidas de regulamentação de empresas.¹⁸ Reflete também a necessidade de responder a muitas partes interessadas importantes questões e preocupações para o debate sobre a reforma.

Quando o Grupo Banco Mundial se compromete com os governos na questão da melhoria do clima de investimento, o

diálogo tem como objetivo incentivar o uso crítico dos dados do *Doing Business* — aprimorar o parecer e promover reformas amplas que melhorem o clima de investimento e não um foco restrito na melhoria das classificações do *Doing Business*. O Grupo Banco Mundial utiliza uma ampla gama de indicadores e análises nesse diálogo sobre políticas, inclusive os indicadores do *Global Poverty Monitoring Indicators*, *World Development Indicators*, *Logistics Performance Indicators* e muitos outros. A iniciativa dados abertos disponibilizou os dados para muitos desses indicadores de forma conveniente para o público no website <http://data.worldbank.org>.

METODOLOGIA E DADOS

Os dados do *Doing Business* baseiam-se em leis e normas nacionais, bem como

em requisitos administrativos. Os dados abrangem 189 economias — inclusive pequenas economias e algumas das economias mais pobres, para as quais existem poucos dados ou nenhum dado disponível em outros conjuntos de dados. (Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, consulte as notas dos dados.) O *Doing Business* usa quatro fontes principais de informação: Entrevistados do *Doing Business*, as leis e regulamentações pertinentes, os governos das economias tratadas e o pessoal regional do Grupo Banco Mundial e o pessoal regional do Grupo Banco Mundial.

Entrevistados do Doing Business.

Nos últimos 11 anos, mais de 25.000 profissionais de 189 economias auxiliaram no fornecimento dos dados que informam os indicadores do *Doing Business*.

BOX 2.2 Como as economias usam o *Doing Business* em programas de reforma regulatória

Para assegurar a coordenação dos esforços entre os órgãos, economias como Brunei Darussalam, Colômbia e Ruanda formaram comissões de reforma normativa que se reportam diretamente ao Presidente. Essas comissões usam os indicadores do *Doing Business* como uma contribuição para informar seus programas de melhoria do ambiente de negócios. Mais de 45 outras economias criaram essas comissões no nível interministerial. No Leste e Sul da Ásia, elas são: Índia, Coreia, Malásia, Filipinas, Taiwan, China e Vietnã. No Oriente Médio e Norte da África: Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Na Europa e Ásia Central: Croácia, Geórgia, Cazaquistão, Kosovo, República do Quirguistão, ex-República Iugoslava da Macedônia, Moldávia, Montenegro. Polônia, Federação Russa, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão. Na África Subsaariana: Botsuana, Burundi, República Centro-Africana, Comoros, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Quênia, Libéria, Malauí, Nigéria, Serra Leoa, Togo e Zâmbia. E na América Latina: Chile, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, México, Panamá e Peru.

Desde 2003 os governos reportaram mais de 530 reformas normativas informadas pelo *Doing Business*.⁹ Muitas economias compartilham o conhecimento do processo de reformas regulatórias relacionado às áreas avaliadas pelo *Doing Business*. Entre os lugares mais comuns para esse intercâmbio de conhecimento estão os eventos de aprendizado entre colegas — workshops nos quais autoridades de diversos governos de uma região ou mesmo do mundo se reúnem para debater os desafios da reforma normativa e compartilhar suas experiências. Nos últimos anos, esses eventos ocorreram na Colômbia (para a América Latina e Caribe); na África do Sul (para a África Subsaariana); na Geórgia (para o Leste Europeu e Ásia Central); na Malásia (para o Leste da Ásia e Pacífico); e no Marrocos (para o Oriente Médio e Norte da África).

- a. Estas são as reformas a respeito das quais o *Doing Business* tem conhecimento de que as informações fornecidas pelo relatório *Doing Business* foram utilizadas para criar a agenda de reforma.

O relatório deste ano baseia-se nas colaborações de mais de 10.200 profissionais.¹⁹ A Tabela 21.2 das notas sobre dados apresenta uma lista do número de entrevistados para cada conjunto de indicadores. O website do *Doing Business* apresenta o número de entrevistados para cada economia e cada indicador. Os entrevistados são profissionais que rotineiramente gerenciam ou prestam consultoria sobre os requisitos jurídicos e normativos abordados em cada tópico do *Doing Business*. Eles são selecionados de acordo com sua perícia nas áreas específicas abordadas pelo *Doing Business*. Devido ao foco em acordos legais e normativos, a maioria dos entrevistados é formada por profissionais da área jurídica, tais como advogados, juizes ou tabeliães. O questionário sobre informações de crédito é respondido por funcionários do registro ou serviço de crédito. Agentes aduaneiros, contadores, arquitetos, engenheiros e outros profissionais respondem ao questionário relacionado ao comércio através de fronteiras, impostos e alvarás de construção. Determinados funcionários públicos (tais como registradores da Junta Comercial ou registro de propriedades) também fornecem informações que são incorporadas aos indicadores.

O *Doing Business* não pesquisa firmas por duas razões principais: A primeira diz respeito à frequência com que cada firma participa das transações captada pelos indicadores, a qual geralmente é baixa. Por exemplo, a firma passa pelo processo de abertura uma vez em existência, ao passo que o advogado de uma incorporação pode realizar várias dezenas dessas transações por ano. Os advogados de incorporação e outros especialistas que fornecem informação ao *Doing Business* estão assim em melhor posição para avaliar o processo de abertura de uma empresa do que uma firma individual. Segundo, os questionários do *Doing Business* recolhem principalmente informação jurídica, com as quais as firmas provavelmente não estão familiarizadas. Por exemplo, poucas firmas conhecem todos os inúmeros procedimentos legais envolvidos na solução de uma controvérsia comercial nos tribunais, embora tenham elas mesmas passado por esse processo. Mas um advogado de litígio não terá dificuldade na identificação de todos os passos necessários.

O exercício anual de coleta de dados é uma atualização do banco de dados. A equipe do *Doing Business* e os colaboradores examinam o grau em que a estrutura normativa mudou de forma relevante às características captadas pelos indicadores. Portanto, o processo de coleta de dados deve ser visto como um acréscimo anual a um estoque existente de conhecimentos refletidos no relatório do ano anterior, não como uma criação de um novo conjunto de dados. Por exemplo: no *Doing Business 2012* e *Doing Business 2013* havia uma média de 13 economias para as quais as mudanças na legislação afetaram a pontuação assinalada nos indicadores de proteção dos investidores. Para todas as outras economias os dados sobre proteção dos investidores não sofreram alteração.

Leis e regulamentações pertinentes

A maioria dos indicadores do *Doing Business* está baseada em leis e regulamentações. Os entrevistados pelo *Doing Business* preenchem questionários por escrito e fornecem referências para as leis, regulamentos e tabelas de preços pertinentes, ajudando a verificação dos dados e a garantia de qualidade. Dispor de amostras representativas de entrevistados não é um problema, já que os textos das leis e regulamentos relevantes são reunidos e as respostas são verificadas quanto à exatidão. Por exemplo, a equipe do *Doing Business* examinará o código comercial da Grécia para confirmar o requisito mínimo de capital integralizado, examinará a lei bancária de Gana para verificar se os mutuários têm o direito de acessar seus dados no serviço de crédito do código tributário da Guatemala para encontrar as taxas tributárias aplicáveis. De fato, conforme observado anteriormente, 72% dos dados incluídos nos indicadores do *Doing Business* baseiam-se em uma verificação da lei. Em princípio, nesses casos, não havendo questões de idioma, o papel dos colaboradores é principalmente consultivo — ajudar na corroboração da compreensão, por parte do *Doing Business*, das leis e regulamentações — e há rendimentos rapidamente decrescentes em caso de expansão de seu número.

Para os outros 28% dos dados a equipe faz consultas extensas a vários

colaboradores, a fim de minimizar o erro da medição. Para alguns indicadores — por exemplo, aqueles que tratam de alvarás de construção, cumprimento de contratos e solução de insolvência — o componente de tempo e uma parte do componente de custo (onde não há tabelas de preços) baseiam-se na prática e não nas leis que estão nos livros. Isso introduz um grau de parecer. A abordagem do *Doing Business* é, portanto, trabalhar com profissionais da área jurídica que normalmente se encarregam das transações envolvidas. Seguindo a abordagem metodológica padrão para os estudos de tempos e movimentos, o *Doing Business* decompõe cada processo ou transação, como o início de um negócio ou registro de um imóvel, em etapas separadas para garantir uma melhor estimativa de tempo. A estimativa de tempo para cada etapa é fornecida por profissionais com experiência significativa e rotineira na transação. Quando as estimativas de tempo diferem, são necessárias outras interações com os entrevistados para se chegar a uma estimativa ou a um pequeno número que reflita a maioria dos casos pertinentes.

Governos e pessoal regional do Grupo Banco Mundial

Depois de receber os questionários preenchidos enviados pelos entrevistados do *Doing Business*, cotejar a informação com a lei e fazer as indagações de acompanhamento para assegurar que toda informação relevante seja captada, a equipe do *Doing Business* compartilha as conclusões preliminares do relatório com o governo por meio da Diretoria Executiva e do pessoal regional do Grupo Banco Mundial (Figura 2.3). Por meio desse processo as autoridades governamentais e o pessoal local do Grupo Banco Mundial nas 189 economias tratadas podem alertar a equipe, por exemplo, para reformas normativas não mencionadas pelos entrevistados ou realizações adicionais de reformas regulatórias já captadas no banco de dados. Em resposta a esse feedback, a equipe do *Doing Business* dirige-se aos peritos do setor privado para consulta adicional e, conforme necessário, corroboração. Além disso, a equipe responde formalmente aos comentários dos governos ou do pessoal regional e dá explicações sobre as decisões relacionadas com a classificação.

Melhorias na metodologia

A metodologia vem passando por melhorias constantes ao longo dos anos. Para EXECUÇÃO de contratos, por exemplo, o volume de reivindicações contestadas no estudo de caso aumentou de 50% da renda per capita para 200% após o primeiro ano da coleta de dados, uma vez que ficou claro que as reivindicações menores muito provavelmente não seriam levadas a tribunal. Outra mudança está relacionada à abertura de uma empresa. O requisito de capital mínimo pode ser um obstáculo para os empresários em potencial. O *Doing Business* mediu o capital mínimo requerido, independentemente de ele ter que ser pago antecipadamente ou não. Em muitas economias apenas uma parte do capital mínimo tem que ser paga antecipadamente. Para refletir a significativa barreira à entrada, foi utilizado o capital mínimo integralizado e não o capital mínimo requerido.

O relatório deste ano inclui uma atualização da metodologia de dois conjuntos de indicadores — pagamento de impostos e comércio entre fronteiras. No caso de comércio entre fronteiras os documentos requeridos puramente para fins de tratamento preferencial não constam mais da lista de documentos (por exemplo, um certificado de origem se o uso visar

apenas a qualificar-se a uma taxa tarifária preferencial no âmbito de acordos comerciais). No caso de pagamento de impostos o valor de impostos de combustíveis não está mais incluído na taxa tributária devido à dificuldade de computar esses impostos menores. Os impostos de combustíveis continuam a ser contados no número de pagamentos.

Além disso, a norma segundo a qual todo procedimento deve levar no mínimo um dia foi removida no caso de procedimentos que podem ser totalmente realizados on-line em apenas algumas horas.

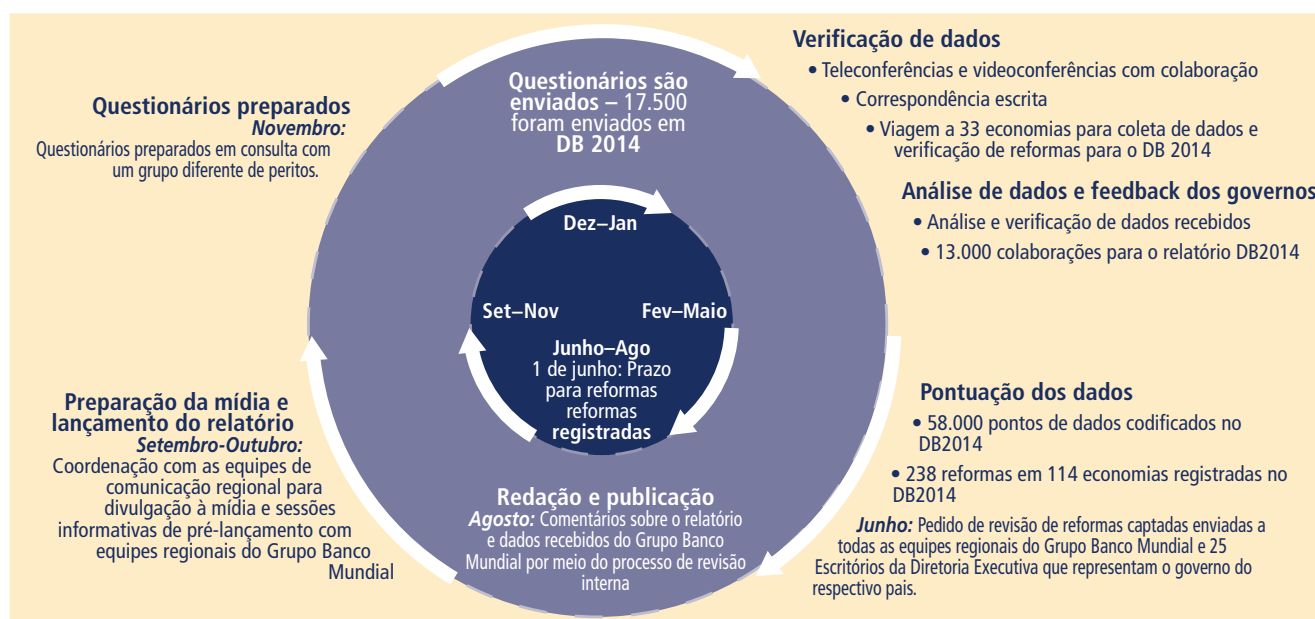
Quando os indicadores foram desenvolvidos pela primeira vez em 2002, os procedimentos on-line não eram generalizados em âmbito global. Nos anos seguintes houve uma aceleração impressionante na adoção, por parte dos governos e do setor privado, da informação e tecnologias da informação mais atualizadas para a prestação de diversos serviços. Embora na época o *Doing Business* não tenha visto a necessidade de criar uma norma separada para levar em conta os procedimentos on-line, o uso generalizado das novas tecnologias hoje sugere que agora se justifica tal distinção e a metodologia do *Doing Business* foi modificada este ano para refletir essa prática. Esta mudança

afeta o indicador de tempo para abrir uma empresa, lidar com alvarás de construção, obter eletricidade e registrar propriedades²⁰. No caso de procedimentos que podem ser totalmente realizados on-line, a duração está agora determinada em meio dia em vez de um dia inteiro

Ajustes dos dados

Todas as alterações na metodologia são explicadas nas notas sobre dados, bem como no website do *Doing Business*. Além disso, as sequências cronológicas dos dados para cada indicador e economia estão disponíveis no website, começando pelo primeiro ano em que o indicador ou a economia foi incluído no relatório. Para fornecer uma sequência cronológica comparável em termos de pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para se ajustar às alterações em metodologia, inclusive às descritas na secção anterior e a quaisquer revisões dos dados devido a correções. O conjunto de dados não é calculado retroativamente para as revisões ano a ano dos dados da renda per capita (ou seja, quando os dados sobre a renda per capita são revisados pelas fontes de dados originais, o *Doing Business* não atualiza as medidas de custo para os anos anteriores). O website também disponibiliza todos os conjuntos

FIGURA 2.3 Ciclo de coleta de dados do *Doing Business*



de dados originais usados para documentos de referência.

As informações sobre correções de dados são fornecidas nas notas sobre dados e no website. Um procedimento de reclamações transparente permite que qualquer pessoa conteste os dados. No último ano a equipe recebeu mais de 140 indagações sobre dados e respondeu às mesmas. Essas indagações levaram a correções de menos de 8,8% dos pontos de dados. Se após um processo de verificação de dados forem confirmados erros, eles serão corrigidos prontamente.

ENDNOTES

1. Banco Mundial 2005; Stampini e outros 2011.
2. Ver, por exemplo, Alesina e outros (2005); Perrotti e Volpin (2005); Fisman e Sarria-Allende (2010); Antunes e Cavalcanti (2007); Barseghyan (2008); Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009); Freund e Bolaky (2008); Chang, Kaltani e Loayza (2009); Helpman, Melitz e Rubinstein (2008); Klapper, Laeven e Rajan (2006); Banco Mundial (2005); e Ardagna e Lusardi (2010).
3. Djankov, La Porta e outros 2001.
4. Esses documentos incluem Djankov, La Porta e outros (2002); Djankov, McLiesh e Shleifer (2007); Djankov, La Porta e outros (2008); Djankov, Freund e Pham (2010); Djankov, La Porta e outros (2003); Djankov, Hart e outros (2008); Botero e outros (2004); e Djankov, Ganser e outros (2010).
5. Para obter mais detalhes sobre como é criada a classificação agregada, consulte o capítulo sobre a facilidade de fazer negócios e a distância até a fronteira.
6. <http://www.doingbusiness.org>.
7. Anualmente os peritos locais respondem a questionários sobre 189 economias para coletar e atualizar os dados. Os peritos locais de cada economia estão listados no website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) e nos agradecimentos no final deste relatório.
8. De Soto 2000.
9. Kaplan, Piedra e Seira 2011; Cuñat e Melitz 2007; Micco e Pagés 2006; Cardenas e Roza 2009; Dulleck, Frijters e Winter-Ebmer 2006; Ciccone e Papaioannou 2007; Klapper, Lewin e Quesada Delgado 2009; Branstetter e outros 2013; Bruhn 2011, 2013; Sharma 2009.
10. Schneider 2005; La Porta e Shleifer 2008.
11. <http://www.enterprisesurveys.org>.
12. OECD, *Indicators of Product Market Regulation* (Indicadores da Regulamentação do Mercado de Produção) <http://www.oecd.org/>. As medidas são agregadas em três grandes famílias que captam o controle do Estado, as barreiras ao empreendedorismo e as barreiras ao comércio e investimento internacional. Os 39 países incluídos nos indicadores de regulamentação do mercado da OCDE são Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Rússia, República da Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.
13. *Relatório sobre a Competitividade Mundial* do Fórum Econômico Internacional utiliza os conjuntos de dados do *Doing Business* sobre a abertura de uma empresa, emprego de trabalhadores, proteção de investidores e obtenção de crédito (direitos jurídicos) representando 7 de um total de 113 indicadores diferentes (ou 6,19%).
14. Fórum Econômico Internacional elabora grande parte do Índice de Competitividade Global com base principalmente em dados secundários. Por exemplo, utiliza dados macroeconômicos do banco de dados Perspectiva Econômica Mundial do Fundo Monetário Internacional, taxas de penetração de várias tecnologias da União Internacional de Telecomunicações (UIT), taxas de matrícula escolar e indicadores da saúde pública do banco de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial e indicadores de outras fontes, incluindo o *Doing Business*. Complementa também os dados secundários utilizando alguns dados primários, coletados de uma amostra relativamente pequena de pesquisas de opinião de gerentes de empresas (Pesquisas de Opinião de Executivos) para componentes responsáveis por 64% dos indicadores captados no índice. Em contraste, os indicadores do *Doing Business* baseiam-se inteiramente em dados primários.
15. Hallward-Driemeier, Khun-Jush e Pritchett (2010), analisando os dados do *World Bank Enterprise Survey* para a África Subsaariana, demonstram que medidas jurídicas, tais como os indicadores do *Doing Business* não têm, na prática, relação com as respostas *ex-post* no nível de empresas, comprovando que as negociações — e não as regras — prevalecem na África. Os autores constatam que o hiato entre as condições de direito e de fato aumenta de acordo com a carga normativa formal. A evidência demonstra também que os processos mais pesados abrem mais espaço para fazer negociações e que é possível que as empresas não incorram nos custos oficiais de conformidade e, ainda mais, paguem para evitá-los.
16. Uma nota técnica sobre métodos diferentes de agregação e ponderação está disponível no site do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>).
17. Para obter mais detalhes, consulte o capítulo sobre a facilidade de fazer negócios e a distância até a fronteira.
18. Um estudo que utiliza os indicadores do *Doing Business* ilustra as dificuldades de usar indicadores muito desagregados para identificar as prioridades para as reformas (Kraay e Tawara 2011).
19. Embora cerca de 9.600 colaboradores tenham fornecido dados para o relatório deste ano, muitos deles responderam ao questionário para mais de um conjunto de indicadores do *Doing Business*. Na realidade, o número total de colaborações recebidas para o relatório deste ano foi superior a 13.000, o que representa uma medida mais exata dos insumos recebidos. O número médio de colaboração por conjunto de indicadores e economia é ligeiramente superior a 6. Para obter detalhes adicionais, consulte <http://www.doingbusiness.org/contributors/doing-business>.
20. Para obter eletricidade a norma de que cada procedimento deve levar, no mínimo, um dia ainda se aplica, porque na prática não há casos em que os procedimentos possam ser realizados totalmente on-line em menos de um dia. Por exemplo, embora em alguns casos seja possível pedir uma conexão elétrica on-line, requisitos adicionais significam que o processo não pode ser concluído em menos de um dia.



WWW.DOINGBUSINESS.ORG

